



# 2013

## Relatório e Contas

**INDICE**

<b>1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	3
1.2. ECONOMIA PORTUGUESA .....	5
1.3. MERCADO DE CAPITALIS .....	6
1.4. MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS .....	9
1.5. ATIVIDADE DA CAIXAGEST, S.A. ....	10
1.6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	11
1.7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO .....	12
1.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	12
1.9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS.....	14
<b>2. RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE.....</b>	<b>48</b>
2.1. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	48
2.2. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO ...	51
2.3. PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO .....	52
2.4. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	55
2.5. MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE.....	56
2.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	58
2.7. SISTEMA DE CONTROLO.....	58
2.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE .....	59
2.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL .....	60
2.10. NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE .....	60
ANEXO I – CURRÍCULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS.....	61
ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS .....	65
<b>3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....</b>	<b>66</b>
<b>4. RELATÓRIO DE AUDITORIA, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....</b>	<b>68</b>

## ORGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

Presidente	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr.ª Maria Amélia Vieira Carvalho de Figueiredo
Secretário	Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

### Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr.ª Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres
Vogal	Sr. José João de Avelar Froes

### Órgão de Fiscalização (Fiscal Único)

Efetivo	Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C., <i>representada pelo</i> Dr. Manuel de Oliveira Rego
Suplente	Dr.ª Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego

### Comissão de Vencimentos

Membro	Dr. Henrique Pereira Melo
Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva

## ESTRUTURA ACIONISTA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentora da totalidade do capital social da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A..

# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO

## 1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas no início de 2014, a economia mundial terá registado em 2013 um crescimento de 3,0%, ligeiramente inferior ao observado no ano anterior (3,1%), tendo esta desaceleração ocorrido quer no bloco desenvolvido (-0,1 p.p.), quer no bloco emergente e em desenvolvimento (-0,2 p.p.).

A atividade económica global beneficiou do reforço da liquidez providenciada pelos principais bancos centrais, do teor menos restritivo da política orçamental, sobretudo nos países desenvolvidos, e da melhoria da envolvente financeira.

Os principais bancos centrais voltaram a ser determinantes para a melhoria da confiança na retoma da economia. O Banco Central do Japão, com o propósito de levar a inflação a atingir 2% num prazo máximo de 2 anos, anunciou, logo em janeiro, um aumento da base monetária e o reforço das compras de ativos financeiros. Na Área Euro (AE), o Banco Central Europeu (BCE reduziu por duas vezes a principal taxa de referência, a qual encerrou o ano num novo mínimo histórico de 0,25%. Nos EUA, a Reserva Federal (Fed) manteve o ritmo mensal de aquisição de títulos de dívida em \$85 mil milhões durante todo o ano, tendo, anunciado na última reunião de 2013 uma redução de \$10 mil milhões nas compras a partir de 2014.

### INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Desemprego	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
<b>União Europeia</b>	<b>-0.4</b>	<b>0.0</b>	<b>2.6</b>	<b>1.5</b>	<b>10.5</b>	<b>10.9</b>
Área do Euro	-0.7	-0.4	2.5	1.4	11.4	12.1
Alemanha	0.7	0.4	2.1	1.6	5.5	5.3
França	0.0	0.3	2.2	1.0	10.2	10.8
Reino Unido	0.1	1.9	2.8	2.6	7.9	7.6
Espanha	-1.6	-1.2	2.4	1.5	25.0	26.4
Itália	-2.5	-1.9	3.3	1.3	10.7	12.2
<b>EUA</b>	<b>2.8</b>	<b>1.9</b>	<b>2.1</b>	<b>1.4</b>	<b>8.1</b>	<b>7.6</b>
<b>Japão</b>	<b>1.4</b>	<b>1.7</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>4.4</b>	<b>4.2</b>
<b>Rússia</b>	<b>3.4</b>	<b>1.5</b>	<b>6.5</b>	<b>6.5</b>	<b>6.0</b>	<b>5.7</b>
<b>China</b>	<b>7.7</b>	<b>7.7</b>	<b>2.6</b>	<b>2.7</b>	<b>4.1</b>	<b>4.1</b>
<b>Índia</b>	<b>3.2</b>	<b>4.4</b>	<b>10.4</b>	<b>10.9</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>
<b>Brasil</b>	<b>1.0</b>	<b>2.3</b>	<b>5.4</b>	<b>6.3</b>	<b>5.5</b>	<b>5.8</b>

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - janeiro de 2014

As incertezas associadas à crise da dívida soberana no seio da Europa que marcaram o ano anterior, foram notoriamente esbatidas em 2013. A manutenção de uma postura interventiva por parte do BCE, o início da recuperação económica na região a partir do 2º trimestre do ano, após a recessão mais longa desde a criação do euro, em paralelo com uma substancial correção dos desequilíbrios macroeconómicos em diversos Estados Membros, permitiu a criação de uma maior confiança na retoma a nível dos vários agentes económicos, para a qual contribuíram várias ações decididas pelos responsáveis, destacando-se a aprovação das primeiras medidas com vista à implementação de uma União Bancária.

Apesar da envolvente mais favorável para a atividade económica, persistiram ainda diversos fatores que, pontualmente, condicionaram a evolução do crescimento e deram origem a períodos de incerteza.

De referir a este respeito, o processo orçamental nos EUA, quer pela redução na despesa pública, a par de um aumento de impostos sobre as famílias, implementada no início do ano, quer pelo impasse na aprovação da Proposta de Orçamento do Estado Federal para 2014, que culminou no encerramento temporário dos serviços públicos federais não essenciais. Por seu turno, a admissão pela Federal Reserve, em maio, de que se poderia iniciar, ainda em 2013, a redução dos estímulos monetários não convencionais, constituiu também um fator de incerteza e de oscilações dos mercados financeiros.

Ainda nos EUA, passado o impacto negativo relacionado com os ajustamentos orçamentais no início do ano, o crescimento registou uma aceleração no segundo semestre, destacando-se a substancial melhoria do consumo privado, suportado pela contínua melhoria do mercado de trabalho, assim como do investimento privado em capital fixo.

No Japão, a adoção de políticas orçamentais e monetárias expansionistas ainda em 2012, e reforçadas em 2013, continuou a consubstanciar-se numa melhoria do crescimento, com a confiança dos empresários a voltar, em alguns casos, a máximos históricos e o desemprego a descer.

As economias emergentes continuaram a revelar grande dinamismo ainda que se tenha continuado a assistir a algum abrandamento já observado nos anos anteriores. A atividade económica continuou limitada, nomeadamente devido ao preço mais baixo das matérias-primas, bem como à redução dos fluxos de capitais, que se prenderam com a subida das taxas de juro de longo prazo nas economias desenvolvidas. Os países emergentes beneficiaram porém dos benefícios decorrentes do ritmo mais intenso da atividade económica nas economias desenvolvidas, durante o segundo semestre.

O bloco asiático registou novamente as maiores taxas de expansão e, apesar dos receios de abrandamento, a China cresceu 7,7%, ritmo idêntico ao de 2012.

A economia brasileira cresceu de novo abaixo do esperado. A partir do mês de abril verificaram-se sete aumentos da taxa diretora, em consequência dos níveis elevados de inflação, tendo a principal taxa de referência encerrado 2013 em 10,50%.

Os níveis de desemprego permaneceram elevados na maioria das regiões, mesmo naquelas onde se assistiu a alguns progressos positivos. Este fenómeno, em conjunto com os ajustamentos em curso em diversas economias de maior relevo no PIB mundial, e com a queda do preço das matérias-primas, contribuíram para que os níveis de inflação descessem substancialmente. Esta evolução favoreceu, assim, a implementação e o reforço de medidas de estímulo às principais economias.

O crescimento na AE, de acordo com as Estimativas do Outono da Comissão Europeia, e em linha com as estimativas mais recentes do FMI, terá voltado a ser negativo em 2013, desta feita -0,4%, após a queda de -0,7% no ano anterior. Esta retração assentou primordialmente na procura doméstica, já que o contributo das exportações líquidas se manteve positivo. Contudo, o ritmo da atividade não foi homogéneo, as economias periféricas registaram contrações menos acentuadas e os restantes Estados Membros da AE apresentaram taxas de crescimento positivas, mas ainda modestas.

O desemprego na região continuou a aumentar em 2013, ainda que a um ritmo menor, o que permitiu que a taxa de desemprego tenha permanecido praticamente inalterada em 12,1% durante a segunda metade do ano, o que corresponde ao nível mais elevado desde o verão de 1990.

Na AE, realce para, entre outros eventos, à crise no Chipre e nomeadamente o acordo de assistência financeira negociado entre a Comissão Europeia, o FMI e o Governo daquele país.

## INDICADORES ECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA E ÁREA DO EURO

Taxas de variação (em %)	União Europeia		Área do Euro	
	2012	2013	2012	2013
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>-0.4</b>	<b>0.1</b>	<b>-0.7</b>	<b>-0.4</b>
Consumo privado	-0.7	0.0	-1.4	-0.7
Consumo público	-0.2	0.4	-0.5	0.3
FBCF	-3.0	-2.5	-4.0	-3.0
Procura Interna	-1.5	-0.6	-2.2	-1.1
Exportações	2.3	1.4	2.5	1.3
Importações	-0.3	0.5	-0.9	0.2
Taxas (em %)				
Taxa de Inflação (IHPC)	2.6	1.5	2.5	1.4
Taxa de desemprego	10.5	10.9	11.4	12.1
Saldo do Setor Púb. Adm. (em % do	-3.9	-3.5	-3.7	-3.1

Fonte: Eurostat e, para valores de 2013, Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2014

A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 1,4%, abaixo dos 2,5% de 2012, um resultado que só foi menor em 2009, quando registou 0,3%.

## 1.2. ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa registou em 2013 um desempenho menos recessivo que o inicialmente previsto.

O PIB diminuiu -1,4%, após a queda de -3,2% em 2012, um resultado melhor do que o estimado, em resultado de uma contração menor da procura interna e do contributo continuamente positivo da procura externa líquida, o que conduziu a um aumento da confiança dos empresários e das famílias ao longo de todo ano.

De acordo com a estimativa rápida do INE, o PIB português cresceu 1,6%, em termos homólogos, no 4º trimestre de 2013, em larga medida devido à recuperação da procura interna, tendo-se assistido a variações em cadeia positivas nos últimos três trimestres do ano.

Saliente-se a presente capacidade de financiamento do País (economia tradicionalmente devedora em termos líquidos), que atingiu 1,8% do PIB no final do 3º trimestre.

O IHPC português registou, em 2013, uma taxa de variação média anual de 0,4%, após 2,8% em 2012. A desaceleração resultou do contributo negativo dos preços dos bens energéticos e de uma significativa desaceleração da inflação subjacente.

No mercado de trabalho, embora continue elevada, a taxa de desemprego desceu no 4º trimestre pelo terceiro período consecutivo, altura em que atingiu 15,3%, o registo mais baixo em cinco trimestres, tendo a população desempregada no final do ano atingido os 827 mil indivíduos, o que representa um decréscimo de -10,5% face ao último trimestre de 2012.

**INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA**

Taxas de variação (em %)	2011	2012	2013
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>-1.3</b>	<b>-3.2</b>	<b>-1.4*</b>
Consumo privado	-3.3	-5.4	-2.5
Consumo público	-5.0	-4.7	-4.0
FBCF	-10.5	-14.3	-8.5
Procura Interna	-5.5	-6.9	-3.7
Exportações	6.9	3.2	5.8
Importações	-5.3	-6.6	0.8

Taxas (em %)			
Taxa de Inflação (IHPC)	3.7	2.8	0.4*
Taxa de desemprego	12.7	15.7	16.3*
Défice do SPA (em % do PIB)	-9.8	-4.3	-6.4
Dívida Pública (em % do PIB)	108.2	124.1	127.8

Fonte: INE e Relatório Orçamento de Estado para 2014, outubro de 2013

**1.3. MERCADO DE CAPITAIS**

O final de 2013 pautou-se por uma substancial melhoria do sentimento dos investidores, alicerçado na perceção de aceleração do crescimento económicos nos blocos desenvolvidos, sobretudo nos EUA e na Europa.

A redução das incertezas relacionadas com a crise da dívida soberana europeia, a ampla liquidez que se manteve nos mercados financeiros internacionais e a aceleração da atividade económica a partir da primavera, nomeadamente nos blocos desenvolvidos, constituíram os principais factores de retoma da confiança dos investidores e restantes agentes económicos.

A conjuntura de moderação da inflação nas principais regiões permitiu aos responsáveis pela política monetária das principais economias manterem as taxas de juro de referência em níveis muito baixos, por um prolongado período de tempo. Um ambiente de aumento da confiança com a retoma económica teve um impacto consideravelmente positivo no sentimento geral dos mercados.

As perspetivas mais positivas com que encerrou 2013 prenderam-se, ainda, com o reforço da coordenação das políticas das autoridades europeias no sentido da estabilização e fortalecimento da União Monetária. Os decisores deram particular atenção ao processo de criação de uma União Bancária, instrumento crucial para a separação entre risco soberano e risco bancário. Neste âmbito, foi aprovada a criação do primeiro pilar, que diz respeito ao Mecanismo Único de Supervisão Bancária, e avançou-se consideravelmente no segundo pilar, relativo ao Mecanismo Único de Resolução dos Bancos.

Para lá da economia da Área Euro ter voltado a crescer ainda durante a primeira metade de 2013, mais cedo do que aquilo que se perspetivava no início do ano, a divulgação de indicadores económicos positivos nos EUA e a resiliência da China contribuíram para que o sentimento de mercado melhorasse ao longo do ano, não obstante alguns curtos episódios de descida da confiança.

## Mercado Acionista

O mercado acionista dos países desenvolvidos registou em 2013 um dos melhores desempenhos anuais desde a crise de 2008/2009, o que se deveu à melhoria das perspetivas económicas e aos estímulos monetários já referidos. Os resultados empresariais favoráveis constituíram igualmente um fator de suporte a esta classe de ativos, com o índice global da Morgan Stanley a registar um ganho de 24,1% no ano, quase o dobro dos 13,2% alcançados em 2012.

Destacou-se o índice do Japão, o Nikkei225, com uma valorização de 56,7%, o segundo melhor ano da história do índice (apenas ultrapassado pela subida de 91,9% em 1972), tendo encerrado no nível mais elevado desde 2007. A depreciação de 21,3% do iene face ao dólar e de 26,5% face ao euro foi determinante para este comportamento, cujo início remonta ainda a 2012, aquando do anúncio e progressiva implementação do plano de retoma económica do atual Primeiro-Ministro Abe, com o desígnio de cessar o longo ciclo de estagnação económica e de deflação, assim como de estabilização das contas públicas.

### ÍNDICES BOLSISTAS

	2012		2013	
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	13.104,14	7,3%	16.576,66	26,5%
Nasdaq (Nova Iorque)	30.19,514	15,9%	4.176,59	38,3%
FTSE (Londres)	5.897,91	5,8%	6.749,09	14,4%
NIKKEI (Tóquio)	10.395,18	22,9%	16.291,31	56,7%
CAC (Paris)	3.641,07	15,2%	4.295,95	18,0%
DAX (Frankfurt)	7.612,39	29,1%	9.552,16	25,5%
IBEX (Madrid)	8.167,50	-4,7%	9.916,70	21,4%
PSI-20 (Lisboa)	5.655,15	2,9%	6.558,85	15,9%

Em 2013, a praça acionista norte-americana registou o quinto ano consecutivo de valorização, tendo os principais índices averbado sucessivos máximos históricos. O índice de referência, o S&P500, atingiu uma valorização de 29,6%, o melhor ano desde 1997, enquanto a valorização de 26,5% do Dow Jones correspondeu à mais significativa da última década. No caso do índice tecnológico Nasdaq, apesar de ter alcançado valores máximos dos últimos 13 anos, o ganho de 38,3% em 2013 não foi ainda suficiente para anular as perdas registadas após a crise das tecnológicas de 2000/2001, apesar de ter encerrado acima do patamar dos 4.000 pontos.

Durante o ano assistiu-se a valorizações inferiores dos índices europeus, mas ainda assim significativas, com destaque, para a praça irlandesa (33,6%) e para o DAX alemão (22,5%) que fechou o ano acima dos 9.500 pontos, ou seja num máximo histórico. O PSI20 subiu 15,9% em 2013, o melhor resultado anual desde 2009. Para tal contribuiu a melhoria da perceção do risco soberano, bem como alguns eventos específicos de empresas que compõem o índice.

O desempenho dos mercados acionistas emergentes não foi positivo, tendo diferido do comportamento dos mercados desenvolvidos, em resultado dos receios de abrandamento económico. O índice da Morgan Stanley para os mercados emergentes caiu -5,0%, com destaque para as perdas de -15,5% do índice brasileiro e de -4,3% do índice chinês.

## Mercado Obrigacionista

Foi visível, em 2013, um desanuviamento dos receios sobre a dívida soberana que permitiu uma redução dos spreads dos países que haviam sido mais penalizados, que se estendeu da dívida pública ao segmento de obrigações de empresas, quer financeiras, quer não financeiras.

Este comportamento não decorreu, no entanto, de forma idêntica ao longo do ano, dada a ocorrência de focos de instabilidade, como por exemplo a necessidade de assistência a Chipre.

No entanto, tais eventos não despoletaram uma penalização, por parte do mercado, análoga à ocorrida em situações comparáveis nos dois anos anteriores. A diferença residiu no suporte providenciado pelo Banco Central Europeu, que, quer por uma via qualitativa quer por meios quantitativos, preservou os prémios de risco em níveis substancialmente inferiores aos registados no passado e criou condições para uma redução e consequente normalização progressiva destes ao longo do ano.

Assim, e na sequência da redução dos desequilíbrios nas contas públicas, da correção dos défices nas contas externas, do reforço dos mecanismos de governação europeia, e perante evidência de término do enquadramento recessivo na região, assistiu-se a uma queda das taxas de rendibilidade da dívida soberana de Espanha, Itália, Irlanda e Portugal, em particular no segundo semestre.

As yields dos EUA subiram pela primeira vez em 4 anos, resultante da interpretação, pelo mercado, da evolução do ciclo de política monetária nesta economia. Mais especificamente, as declarações do presidente da Reserva Federal, em maio, no sentido de moderação do programa de compras mensais de ativos desta instituição no decorrer de 2013, num enquadramento de menores riscos para a economia norte-americana, despoletaram um pronunciado movimento ascendente da curva de rendimentos. Apesar da Área Euro se encontrar num ciclo distinto de política monetária, de enviesamento para adição de maior expansionismo monetário, a taxa de rendibilidade alemã sofreu um efeito de contágio do comportamento das taxas de EUA durante o verão de 2013.

No cômputo anual, as taxas a 10 anos, nos EUA, averbaram uma subida de 127 p.b., encerrando a 3,03%, o valor mais elevado desde julho de 2011. Na Alemanha, a taxa para a mesma maturidade subiu 61 p.b., para 1,93%.

As maturidades mais curtas registaram subidas menos pronunciadas, devido ao facto dos principais bancos centrais terem reafirmado a manutenção das respetivas taxas diretoras a um nível muito baixo durante um extenso período de tempo. No caso norte-americano, a yield a 2 anos averbou um aumento de 13 p.b., enquanto na Alemanha subiu 23 p.b., após cinco anos consecutivos de descida, e de ter iniciado o ano em valores negativos (-2 p.b.).

Na periferia europeia, a taxa de rendibilidade das obrigações da dívida pública a 10 anos de Espanha foi a que mais se reduziu, tendo registado uma queda de -111 p.b. (-149 p.b. na maturidade a 2 anos). Em Portugal a taxa a 10 anos caiu 88 p.b., encerrando o ano a 6,13%, após atingir, em maio, o nível mais reduzido desde agosto de 2010 (5,24%). A redução do prémio de risco da dívida soberana portuguesa consubstanciou-se num estreitamento de -149 p.b. do spread face à dívida alemã. No prazo a 2 anos, as quedas de yield e do spread foram de -38 p.b. e -61 p.b., respetivamente. No início do ano de 2014, a tendência de descida continuou a verificar-se.

Os spreads registaram, desta forma, o 2º ano consecutivo de estreitamento, o que sucede pela primeira vez desde o início da crise financeira, em 2007, tendo regressado aos níveis de janeiro de 2010.

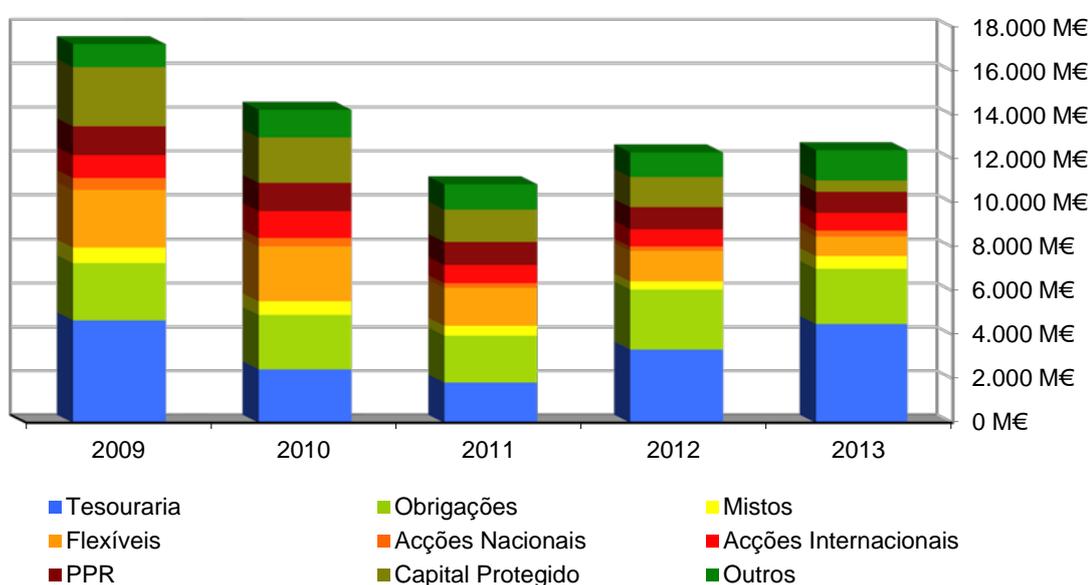
O mercado primário manteve-se dinâmico durante o ano, tendo a procura por rendibilidade, por parte dos investidores, constituído um dos principais fatores de suporte, o que proporcionou a emissão de dívida em montantes significativos, com preços progressivamente decrescentes. O contexto mais otimista teve também correspondência num bom desempenho do mercado de dívida privada.

## 1.4. MERCADO DOS FUNDOS MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor dos fundos mobiliários geridos pelas sociedades gestoras portuguesas situava-se em 12.397 Milhões de Euros (M€), o que correspondeu a um acréscimo de 0,8% desde o início do ano.

Desde o início do ano, as categorias de fundos de Tesouraria registaram um aumento líquido de 1165 M€, os Fundos Mistos, 211 M€ e os Fundos de Acções Nacionais 70 M€. Por outro lado, as categorias que sofreram maiores perdas foram as dos Fundos de Capital Protegido, menos 858 M€, por terem atingido o fim do seu período de duração, e dos fundos flexíveis, menos 501 M€.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Durante o ano, o número de fundos mobiliários portugueses em atividade baixou de 273 para 244, devido à extinção de 38 fundos e à constituição de apenas 9 fundos.

No final do Dezembro, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 81,9% do mercado e a quota da Caixagest aumentou para 26,2%, sendo líder do mercado.

### Gestão de patrimónios

No final de 2013, o montante sob gestão no mercado de gestão de carteiras por conta de outrem, aferido pela APFIPP, ascendia a cerca de 54.547 M€, o que traduz um aumento de 4,6% desde o início do ano. As Seguradoras são a categoria de clientes que detém maior volume de ativos sob gestão (67,0% do total), seguidas pelos Fundos de Pensões (17,1%). A quota de mercado da Caixagest situa-se em 35,9%, mantendo a liderança do mercado.

## 1.5. ATIVIDADE DA CAIXAGEST, S.A.

### Fundos Mobiliários

Um dos fatores mais relevantes do ano de 2013, com impacto no comportamento dos mercados e dos investidores, foi a sinalização em maio, por parte do FED, do início do tapering. Tal acontecimento originou, no verão de 2013, uma “crise” nos países emergentes, com a saída de fluxos de capital para o mercado europeu e EUA e uma forte desvalorização cambial das moedas de alguns destes países emergentes.

Por outro lado, no segundo semestre de 2013, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores dos países desenvolvidos, macroeconómicos, de sentimento e de surpresa, dos empresários e dos consumidores, o que motivou um maior apetite por ativos de risco por parte dos investidores.

No mercado nacional a pressão crescente para melhoria da margem financeira das instituições de crédito, implicou uma tendência de quebra continuada da taxa de juro média de remuneração dos depósitos de poupança.

Portugal registou em 2013 uma melhoria em cadeia dos indicadores macroeconómicos e de sentimento, num cenário de controlo orçamental e de perda de poder de compra.

O ano foi marcado por um forte vencimento de fundos de investimento mobiliário, na ordem dos 670 Milhões de €, que finalizaram o seu ciclo de vida, cuja substituição por produtos similares não seria exequível nas condições de mercado e de enquadramento legislativo.

Ao longo de 2013, terminou o período de duração dos seguintes fundos:

Fundo	Mês de Liquidação	Duração
Caixagest Maximizer Plus	Março	5 anos
Caixagest Rendimento Fixo	Março	4 anos
Caixagest Rendimento Fixo II	Março	4 anos
Caixagest Rendimento Fixo III	Abril	4 anos
Caixagest Rendimento Fixo IV	Julho	4 anos
Caixagest Premium Plus	Julho	5 anos
Caixagest Super Premium	Agosto	5 anos
Caixagest Rendimento Fixo V	Agosto	4 anos
Caixagest Super Premium II	Outubro	5 anos
Caixagest Rendimento Fixo VI	Outubro	4 anos

Neste contexto, de forte vencimento de valores sob gestão, a ação comercial assentou nos seguintes pilares:

- Intensificação da formação, da partilha das boas práticas e dos programas de literacia financeira nos vários canais de distribuição.
- Aposta num mix de produtos que procurassem acompanhar a tendência de valorização de mercado e das necessidades dos clientes.
- Lançamento de um novo fundo de ações (Caixagest Líderes Globais).
- Relançamento da classe dos fundos Mistos
- Intensificação do alargamento da base de clientes e fidelização dos atuais.

A estratégia comercial delineada permitiu a consolidação da liderança da Caixagest no mercado nacional, com uma quota de 26.21%. De realçar que a Caixagest assumiu a liderança de mercado na tipologia dos fundos de ações.

No final de 2013 a Sociedade geria 37 fundos de investimento diversificados por geografias, ativos e mercados financeiros internacionais, adaptados às necessidades dos seus clientes.

### Gestão Discricionária de Carteiras

A pressão sobre os preços das obrigações dos países periféricos, em 2011 e 2012, criou uma boa oportunidade de rendimento potencial para os investidores. O serviço de consultoria para investimento aumentou de uma forma significativa no período, com um forte incremento do número de clientes. Em 2013, a política comercial procurou fidelizar os clientes, com novas propostas de serviço e de valor, o que foi conseguido com sucesso no âmbito da oferta global da Caixagest.

### Evolução Financeira

O ano de 2013 ficou marcado pelo aumento das comissões da Caixagest para o valor de 23,3 M€, mais 7,7% do que no anterior, e por um crescimento de 4,8% no Produto Bancário para 10,9 M€

Ao nível dos custos de funcionamento registou-se a reposição do subsídio de férias e de natal que tinham sido suspensos no ano anterior, em cumprimento das orientações do Orçamento Geral do Estado e das diretrizes do acionista. Deste modo, o Resultado Líquido do Exercício de 2013, no valor de 2,5 M€ euros, registou um decréscimo de 3,7% face ao ano anterior.

Adicionalmente, a atividade de gestão de fundos mobiliários e de carteiras gerou, direta e indiretamente, para a CGD 9,6 M€ de comissões de comercialização, 8,7 M€ de comissões de custódia de títulos e 0,1 M€ de comissões de resgate.

(Milhares de Euros)

	2012 (Pro-forma)	2013	Varição
Ativo líquido	34 407	33 756	-1,9 %
Capitais próprios	28 793	28 666	-0,4 %
Distribuição de Dividendos	1 109	2 595	134,1%
Resultado líquido	2 590	2 495	-3,7%
Capital social	9 300	9 300	

## 1.6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A área de gestão dos sistemas de informação consolidou, durante o ano de 2013, os processos de negócio através da melhoria das atividades de gestão de informação e de gestão tecnológica.

Foi dada continuidade à atualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente:

- Aos sistemas de valorização de fundos de investimento mobiliário e gestão de patrimónios;
- Ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas;
- Ao programa de contabilidade e gestão de pessoal;
- Na consolidação da plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de gestão de valores mobiliários, pricing, reporting legal e disponibiliza

informação para as diversas áreas de negócio.

Foi também terminada a implementação de todos os módulos da nova ferramenta de *frontoffice* para a gestão de ativos “Charles River”.

Em 2013 foi ainda efetuada a atualização tecnológica dos equipamentos dos Postos de Trabalho dos Colaboradores e foi implementada uma ferramenta para a gestão da correspondência recebida e enviada.

## 1.7. MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração considera fundamental que a Sociedade e os Fundos que administra e gere possuam um sistema de controlo interno adequado e eficaz. A sociedade define o sistema de controlo interno como o conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, e ainda as ações desenvolvidas por este Conselho e todos os colaboradores, por forma a assegurar:

- O desempenho eficiente e rentável, no médio e longo prazo, da atividade através de uma utilização eficaz dos ativos e recursos;
- O efetivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que se encontra sujeita;
- A apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da sociedade;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência de informação financeira e de gestão completa e fiável.

Para atingir estes objetivos a Sociedade tem vindo a fomentar, ao longo do tempo, uma cultura e um ambiente de controlo adequados, assegurando um vasto conjunto de atividades de controlo, mecanismo de avaliação desse ambiente de controlo, bem como um efetivo processo de monitorização.

A sociedade tem vindo a solidificar os três pilares essenciais ao Sistema de Controlo Interno, designadamente o Compliance, a Gestão de Risco e a Auditoria Interna. Para tal tem procurado, através da implementação de diversos projetos, que abrangem de forma transversal todos os órgãos de estrutura da organização, robustecer os mecanismos de controlo e eliminar os constrangimentos que vão surgindo.

O Conselho de Administração tem vindo a eleger o Código de Conduta como uma ferramenta fundamental para a concretização desta missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob as orientações determinadas dentro de todo o Grupo CGD.

## 1.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto relativo ao ano de 2013, da CAIXAGEST – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A., no valor de 2.494.752,33 euros ( dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e dois euros e trinta e três cêntimos), seja submetido à Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a reserva legal já se encontra integralmente constituída.

### **Considerações Finais**

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pela disponibilidade e atenção manifestada em todos os contatos havidos;
- Aos órgãos de fiscalização – fiscal único da sociedade e revisor oficial de contas dos fundos – e aos membros da assembleia-geral, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Aos intermediários dos vários mercados, pelo bom relacionamento mantido;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem se dedica uma palavra de apreço;
- A todos os clientes dos fundos e carteiras geridos pela sociedade, pela confiança manifestada;
- Aos colaboradores da empresa, pela grande dedicação e profissionalismo, que foram decisivos para os resultados alcançados;

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria – Presidente

---

Fernando Manuel Domingos Maximiano

---

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

---

Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres

## 1.9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

### DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u> <u>(pro-forma)</u>
Juros e rendimentos similares	13	473.952	573.668
Juros e encargos similares	13	(42)	(273)
<b>Margem financeira</b>		<b>473.910</b>	<b>573.395</b>
Rendimentos de serviços e comissões	14	23.280.764	21.607.714
Encargos com serviços e comissões	14	(12.704.195)	(11.370.128)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	380	160
Resultados de reavaliação cambial		-	60
Outros resultados de exploração	15	(165.888)	(420.557)
<b>Produto bancário</b>		<b>10.884.971</b>	<b>10.390.644</b>
Gastos com o pessoal	16	(4.087.879)	(3.661.340)
Gastos gerais administrativos	18	(2.988.727)	(2.511.757)
Amortizações do exercício	7	(305.081)	(365.713)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3.503.284</b>	<b>3.851.834</b>
Impostos correntes	9	(1.008.532)	(1.264.053)
Impostos diferidos	9	-	1.796
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>2.494.752</b>	<b>2.589.577</b>
<b>Receitas e despesas não reconhecidas no resultado:</b>			
Itens que serão reclassificados posteriormente:			
- Variações na reserva de justo valor			
Ganhos/(perdas)		440	12.560
Efeito fiscal		(117)	(3.328)
Itens que não serão reclassificados posteriormente:			
- Desvios actuariais e financeiros			
Ganhos/(perdas)		(31.528)	118.352
Efeito fiscal	9	3.823	(31.363)
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>2.467.370</b>	<b>2.685.798</b>
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado líquido por acção		1,34	1,39
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.860.000	1.860.000
Resultado integral por acção		1,33	1,44

## BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2013		31-12-2012	01-01-2012	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	31-12-2013	31-12-2012	01-01-2012
		Activo bruto	Amortizações	Activo líquido	Activo líquido			Activo líquido	(pro-forma)	(pro-forma)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		220	-	220	321	320				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1.785.380	-	1.785.380	1.676.613	2.613.609	9	221.437	920.063	107.606
Activos financeiros disponíveis para venda	5	76.926	-	76.926	51.799	39.076	9	339	51.768	18.873
Aplicações em instituições de crédito	6	19.625.570	-	19.625.570	21.530.315	19.024.542	10	4.868.034	4.642.192	3.967.610
Activos tangíveis	7	814.660	(690.849)	123.811	161.169	129.693				
Activos intangíveis	7	1.939.136	(1.740.689)	198.447	432.536	694.913				
Outros activos	8	11.945.407	-	11.945.407	10.554.411	8.807.799				
<b>Total do activo</b>		<b>36.187.299</b>	<b>(2.431.538)</b>	<b>33.755.761</b>	<b>34.407.164</b>	<b>31.309.952</b>				
<b>CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS</b>										
Activos geridos:										
. Fundos de investimento mobiliário	19			3.249.416.379	3.070.582.427	2.490.072.582				
. Carteiras sob gestão	19			19.589.370.142	19.470.197.469	16.671.348.244				
Sistema de Indemnização aos Investidores	20			40.747	30.188	66.197				
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>								<b>33.755.761</b>	<b>34.407.164</b>	<b>31.309.952</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Reserva de justo valor	Reserva legal	Reservas livres	Outras reservas	Total de outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital próprio
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>(8.615)</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.096</b>	<b>496.709</b>	<b>16.559.805</b>	-	<b>1.108.520</b>	<b>27.154.902</b>
Impacto da adopção da versão revista da IAS 19	2.3.	-	-	-	-	-	60.961	60.961	-	-	60.961
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2012 (pro-forma)</b>		<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>(8.615)</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.096</b>	<b>557.670</b>	<b>16.620.766</b>	-	<b>1.108.520</b>	<b>27.215.863</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior:											
. Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.108.520)	(1.108.520)
Rendimento integral do exercício:											
. Reserva de justo valor	5 e 9	-	-	9.232	-	-	-	-	-	-	9.232
. Desvios actuariais		-	-	-	-	-	86.989	86.989	-	-	86.989
. Resultado líquido do exercício de 2012		-	-	-	-	-	-	-	-	2.589.577	2.589.577
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (pro-forma)</b>		<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>617</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.096</b>	<b>644.659</b>	<b>16.707.755</b>	-	<b>2.589.577</b>	<b>28.793.141</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior:											
. Distribuição de dividendos	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.594.560)	(2.594.560)
. Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(4.983)	4.983	-
Rendimento integral do exercício:											
. Reserva de justo valor	5 e 9	-	-	323	-	-	-	-	-	-	323
. Desvios actuariais		-	-	-	-	-	(27.705)	(27.705)	-	-	(27.705)
. Resultado líquido do exercício de 2013		-	-	-	-	-	-	-	-	2.494.752	2.494.752
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>9.300.000</b>	<b>195.192</b>	<b>940</b>	<b>9.300.000</b>	<b>6.763.096</b>	<b>616.954</b>	<b>16.680.050</b>	<b>(4.983)</b>	<b>2.494.752</b>	<b>28.665.951</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>		
Recebimentos de fundos de investimento	16.847.753	13.028.483
Recebimentos de clientes de gestão discricionária	9.203.613	6.826.916
Pagamentos de comissões de comercialização e depositário	(11.773.524)	(9.999.631)
Pagamentos a fornecedores	(2.988.510)	(3.144.486)
Pagamentos ao pessoal	(3.474.189)	(3.306.642)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	<u>(5.667.723)</u>	<u>(683.429)</u>
Fluxos gerados pelas operações	<u>2.147.420</u>	<u>2.721.211</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento	<u>(1.754.881)</u>	<u>(451.596)</u>
Fluxos das actividades operacionais	<u>392.539</u>	<u>2.269.615</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Aplicações em instituições de crédito	48.500.000	64.500.000
Juros e rendimentos similares	478.481	567.357
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	2.569	-
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(43.849)	(159.645)
Aplicações em instituições de crédito	<u>(46.623.700)</u>	<u>(67.000.000)</u>
Fluxos das actividades de investimento	<u>2.313.501</u>	<u>(2.092.288)</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e custos similares	(746)	(293)
Amortização de contratos de locação financeira	(2.068)	(5.509)
Dividendos	<u>(2.594.560)</u>	<u>(1.108.520)</u>
Fluxos das actividades de financiamento	<u>(2.597.374)</u>	<u>(1.114.322)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>108.666</u>	<u>(936.995)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.676.934	2.613.929
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.785.600	1.676.934

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(Montantes expressos em Euros)

**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade” ou “Caixagest”), foi constituída por escritura pública de 6 de Novembro de 1990. A Sociedade tem por objeto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário, abertos ou fechados, e de fundos de capital de risco, a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, incluindo as correspondentes a fundos de pensões, bem assim como a consultoria de investimento relativa àqueles ativos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os fundos de investimento mobiliário, bem como as carteiras de ativos sob gestão, encontram-se detalhados na Nota 19.

Conforme indicado na Nota 11, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa - Gestão de Ativos, SGPS, S.A., uma sociedade inserida no Grupo CGD. Consequentemente, a gestão da Caixagest é influenciada por decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 21.

**2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO****2.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da Caixagest foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA’s), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA’s correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não existem exceções com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade entre as NCA’s e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não foram ainda objeto de aprovação pela Assembleia Geral, tendo contudo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2014. No entanto, o Conselho de Administração da Caixagest admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

**2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

**a) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não

possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo de aquisição, líquido de imparidade. Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor são registados diretamente em capitais próprios na rubrica “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para rendimentos ou gastos do exercício.

Os juros corridos de obrigações e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

b) Comissões

*Comissão de gestão*

A comissão de gestão, de acordo com o Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro, corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário. Na generalidade dos Fundos, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos de gestão sobre o património líquido dos Fundos, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

*Comissão de comercialização*

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 70% da comissão de gestão cobrada por esta aos Fundos (55% ou 67% até 1 de Março de 2013 dependendo da data de constituição e natureza do Fundo).

Para os Fundos Fechados constituídos até 31 de Dezembro de 2004, a CGD cobrou à Sociedade uma comissão de comercialização única que incidiu sobre o valor de cada Fundo na data da sua constituição. Essa comissão encontra-se a ser reconhecida como gasto na demonstração dos resultados, de forma linear, ao longo do prazo de duração de cada Fundo.

Para alguns Fundos Especiais de Investimento comercializados no exercício de 2008, no âmbito da campanha “Caixa Poupa & Ganha”, a CGD cobrou à Sociedade uma comissão de comercialização única, a qual, se encontrava a ser reconhecida como gasto na demonstração dos resultados, de forma linear, desde a data de subscrição de tais Fundos até à data de liquidação dos mesmos (a qual ocorreu no decurso do exercício de 2012).

Adicionalmente, a Sociedade administra, gere e representa, Fundos de investimento mobiliário comercializados pelos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT). Por esta função, os CTT debitam à Sociedade uma comissão de comercialização equivalente a 45% da comissão de gestão cobrada por esta aos Fundos.

Estas comissões são registadas na rubrica “Encargos com serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

*Comissão de gestão discricionária de carteiras*

Esta comissão é cobrada trimestral ou anualmente aos clientes pela gestão discricionária e individualizada das suas carteiras. Esta comissão é calculada sobre o valor das carteiras de ativos geridas no final de cada mês ou sobre o respetivo valor médio apurado diariamente, sendo registada na rubrica de “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14). Nos termos dos contratos celebrados, a Caixagest não garante rendimentos mínimos nas carteiras sob gestão.

*Comissão de aconselhamento*

Como remuneração pela sua atividade de prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, a Sociedade cobra mensalmente aos seus clientes comissões calculadas sobre o valor médio trimestral dos ativos relativamente aos quais presta estes serviços,

apurados com base no seu valor no final de cada mês. Estas comissões são registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 14).

#### *Comissão de performance*

Como remuneração pela sua atividade de gestão discricionária de carteiras e de gestão do património dos Fundos de investimento mobiliário, a Sociedade cobra adicionalmente um prémio de desempenho. Este prémio é calculado numa base anual e corresponde a uma percentagem do diferencial positivo entre o retorno anual da carteira e o retorno de um padrão de rentabilidade definido contratualmente, aplicada ao valor médio da carteira, apurado considerando todas as valorizações da carteira no ano civil.

#### c) Ativos tangíveis e património artístico

Nos termos da Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos tangíveis utilizados pela Caixagest para o desenvolvimento da sua atividade são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os gastos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas e registadas em gastos do exercício numa base sistemática ao longo do período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, o qual corresponde aos seguintes anos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5
Equipamentos de transmissão	8 a 10

O património artístico da Sociedade encontra-se registado ao custo de aquisição não sendo objeto de amortização.

#### d) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado nas atividades desenvolvidas pela Caixagest. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas em gastos numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período entre os 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gasto no exercício em que são incorridas.

#### e) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

A Caixagest assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil complementos de pensões de reforma e sobrevivência. Estes complementos são função do tempo de serviço prestado e do salário pensionável nos últimos dez anos, com um máximo de 85% do mesmo. Adicionalmente, todos os colaboradores da Caixagest, incluindo os provenientes da ex-Investil, estão inscritos no Regime Geral de Segurança Social.

Para cobertura das suas responsabilidades com benefícios pós-emprego, a Sociedade subscreve unidades de participação do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa.

O ativo ou passivo refletido em balanço corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual por atuários especializados, utilizando o método “Projected Unit Credit” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 17). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que irão ser pagas as responsabilidades, e com prazos de vencimento similares aos prazos médios de liquidação dessas responsabilidades.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o nível de cobertura das responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência correspondia a 104,38% e 111,69%, respetivamente (Nota 17).

#### Adoção da versão revista da IAS 19

Na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, a Sociedade alterou em 2013 a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em reservas (Outro rendimento integral) (Nota 2.3.).

Adicionalmente, a Sociedade regista na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados os seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões.

O proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma e sobrevivência (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo de pensões) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência. Desta forma, o proveito/custo líquido de juros representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades do início do período (Nota 17).

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de reservas (Outro rendimento integral).

#### f) Impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a uma taxa de 25% nos exercícios de 2013 e 2012.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implica que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 no apuramento de impostos fosse de 26,5%.

Adicionalmente, a partir do exercício de 2012, a Sociedade passou a estar sujeita a uma taxa de derrama adicional de 3%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 1.500.000 Euros e de 5%, aplicável ao montante de lucro tributável que exceda os 10.000.000 Euros.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante Caixa Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuados pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira com a Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estima que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda.

g) Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos no início da locação pelo seu justo valor, no ativo e no passivo, respetivamente. As amortizações são registadas nos termos previstos na Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, sendo as rendas relativas a contratos de locação financeira desdobradas de acordo com o respetivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como gastos financeiros.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas (incluindo as contingentes) são reconhecidas como gastos do exercício, de forma linear durante o período do contrato de locação.

h) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

i) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o total dos saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

j) Ativos sob gestão

As políticas contabilísticas associadas aos ativos sob gestão são como seguem:

- i) As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transação, pelo seu valor efetivo de aquisição, com exceção das compras de títulos e direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.
- ii) Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:
  - i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da mesma. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Reuters* e/ou da *Bloomberg*;
  - ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transações;
  - iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade utiliza o “bid” do contribuidor “CBBT” divulgado pela *Bloomberg*. Na sua falta, a Sociedade definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a *Bloomberg*; neste processo, em cada data de valorização é selecionada a média das ofertas de compra “bid” divulgadas pelos contribuidores de entre a poule de contribuidores pré-selecionados, excluindo as ofertas que se afastam do preço médio em mais de um desvio padrão;
  - iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a outros contribuidores externos, privilegiando sempre aqueles que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
  - v) Caso não seja possível aplicar o referido na alínea anterior, a Sociedade recorre a modelos de avaliação internos ou elaborados por entidade independente e especializada;
  - vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflita as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões;
  - vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado terá

em conta o preço considerado mais representativo, em função designadamente da quantidade, frequência e regularidade das transações; e

- viii) Os outros valores representativos de dívida, incluindo papel comercial, certificados de depósito e depósitos bancários emitidos por prazos inferiores a um ano, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

k) Sistema de Indemnização aos Investidores

Este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. O montante das contribuições para o Sistema de Indemnização aos Investidores não desembolsadas encontra-se registado em rubricas “Extrapatrimoniais” como um compromisso irrevogável de desembolso obrigatório em qualquer momento quando solicitado.

2.3. Aplicação retrospectiva de alteração de políticas contabilísticas

Tal como referido na Nota 2.2.e), até 31 de Dezembro de 2012, inclusive, a Sociedade utilizou o método do corredor para reconhecimento dos desvios atuariais e financeiros relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido. De acordo com aquele método, os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e as diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados, no que se referia às responsabilidades e ao rendimento esperado do Fundo de Pensões, eram reconhecidos no balanço nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, até ao limite de 10% do valor atual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. Caso os ganhos e perdas atuariais excedessem o valor do corredor, o referido excesso seria reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano de pensões.

No exercício de 2013, na sequência da adoção obrigatória da versão revista da IAS 19, a Sociedade passou a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em reservas (Outro rendimento integral).

De acordo com os requisitos da “IAS 8 - Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas e Erros”, quando existe uma alteração numa política contabilística, é necessário proceder à aplicação retrospectiva da nova política (“reexpressão”) com referência ao primeiro exercício comparativo apresentado nas demonstrações financeiras do exercício em que se verifica a alteração, ou seja, 1 de Janeiro de 2012. Neste sentido, as demonstrações financeiras do exercício de 2012 apresentadas são contas pró-forma, tendo o impacto desta reexpressão consistido num aumento do capital próprio da Sociedade em 1 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012 nos montantes de 60.961 Euros e 142.967 Euros, respetivamente, após considerado o efeito fiscal, conforme se detalha no quadro abaixo:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Capital próprio sem resultado líquido do exercício	Resultado líquido do exercício	Capital próprio total	Capital próprio total
Saldos antes da aplicação retrospectiva	26.055.614	2.594.560	28.650.174	27.154.902
Impacto da aplicação retrospectiva:				
Desvios actuariais reconhecidos no "corredor" acumulados em 1 de Janeiro de 2012	82.940	-	82.940	82.940
Desvios actuariais reconhecidos no "corredor" em 2012	118.352	-	118.352	-
Efeito fiscal	(53.342)	-	(53.342)	(21.979)
Efeito em outro rendimento integral	147.950	-	147.950	60.961
Anulação dos desvios actuariais amortizados em 2012 (excesso do "corredor")	-	(6.779)	(6.779)	-
Efeito fiscal	-	1.796	1.796	-
Efeito em outras rubricas do capital próprio	-	(4.983)	(4.983)	-
Total do efeito em capital próprio	147.950	(4.983)	142.967	60.961
Saldos após a aplicação retrospectiva (pro-forma)	26.203.564	2.589.577	28.793.141	27.215.863

#### 2.4. Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Durante o exercício de 2013, a Sociedade adotou as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações adotadas (“endorsed”) pela União Europeia de aplicação obrigatória pela primeira vez no final daquele exercício:

- IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” (Empréstimos do governo) (alteração) - Esta emenda isenta as entidades que adotam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
- IFRS 7 - “Divulgações de instrumentos financeiros” (Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros) (alteração) - Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre ativos e passivos financeiros.
- IAS 1 - “Apresentação de demonstrações financeiras” (Outro rendimento integral) (alteração) - Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o “Outro rendimento integral” e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se “Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral”.
- IFRS 13 – “Mensuração ao justo valor” - Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. Adicionalmente, de acordo com o previsto naquela norma, no primeiro ano da sua aplicação não é obrigatória a divulgação de informação comparativa.
- Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 1 – “Aplicação repetida da norma”, IAS 1 – “Informação comparativa”, IAS 16 – “Equipamento de serviço”, IAS 32 – “Efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio” e IAS 34 – “Informação de segmentos”.

Em 31 de Dezembro de 2013, encontravam-se disponíveis para adoção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IAS 32 – “Compensação entre ativos e passivos financeiros” (alteração) - Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 36 – “Imparidade” (Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros) (alteração) - Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou ativos intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Esta norma vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.
- IAS 39 – “Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração” (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura) - Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não foram adotadas pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias, ainda não adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2009) e emendas posteriores – Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração dos ativos financeiros.
- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (2013) e IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” - A emenda à IFRS 9 insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. A IFRS 7 foi igualmente revista em resultado desta emenda.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2010-2012): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- Melhorias às Normas Internacionais de Relato Financeiro (Ciclo 2011-2013): Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.
- IFRIC 21 – “Pagamentos ao Estado” (alteração) - Esta emenda vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

### 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas supra descritas, é necessária a realização de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade correspondem à seleção dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós-emprego dos colaboradores, na determinação dos impostos sobre lucros e no desfecho dos processos legais intentados contra a Sociedade.

As responsabilidades com benefícios pós-emprego dos colaboradores são estimadas utilizando pressupostos atuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efetuadas.

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

O desfecho dos processos legais interpostos contra a Sociedade foi estimado tendo por base a opinião dos seus advogados, a qual no entanto é suscetível de ser questionada.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras sobre os eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subseqüentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### 4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica correspondia a depósitos à ordem expressos em Euros, domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A., os quais eram remunerados às taxas anuais brutas de 0,17% e 1,01%, respetivamente (Nota 21).

#### 5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Titulos de dívida pública:									
. OT 4,375% 06/2014	50.000	100,32%	101,42%	50.160	(227)	777	50.710	1.187	51.897
. OT 4.45% 06/2018	25.000	94,80%	97,69%	23.700	220	502	24.422	607	25.029
	<u>75.000</u>			<u>73.860</u>	<u>(7)</u>	<u>1.279</u>	<u>75.132</u>	<u>1.794</u>	<u>76.926</u>
	2012 (pro-forma)								
	Quantidade	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Custo de aquisição	Prémio	Reserva de justo valor (Nota 9)	Valor de mercado	Juro a receber	Valor de balanço
Titulos de dívida pública:									
. OT 4,375% 06/2014	50.000	100,32%	101,23%	50.160	(387)	839	50.612	1.187	51.799

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o prémio na aquisição dos títulos reconhecido na demonstração dos resultados ascendeu a um rendimento de 380 Euros e 160 Euros, respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a Obrigações do Tesouro aceites pelo Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) como sendo passíveis de serem dados em penhor no âmbito da atividade de gestão de carteiras. O penhor das obrigações é refletido em rubricas "Extrapatrimoniais". Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros, conforme regras determinadas pelo próprio SII.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Depósitos a prazo	19.600.000	21.500.000
Juros a receber	25.570	30.315
	-----	-----
	<u>19.625.570</u>	<u>21.530.315</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo encontravam-se domiciliados na CGD e venciam juros à taxa anual bruta de 1,74% e 2,84%, respetivamente. Nas mesmas datas, os depósitos a prazo apresentavam vencimento em Abril, Maio e Junho de 2014 e em Maio e Junho de 2013, respetivamente (Nota 21).

7. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis e intangíveis foi o seguinte:

	2013							
	Saldos em 31.12.12 (pro-forma)			Abates		Regularizações	Amortizações do exercício	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
Activos tangíveis:								
Mobiliário e material	358.883	(310.776)	846	-	-	277	(18.298)	30.932
Equipamento informático	69.551	(4.986)	17.931	(1.101)	367	(62)	(24.292)	57.408
Máquinas e ferramentas	20.258	(19.605)	-	-	-	-	(275)	378
Equipamento de transmissão	310.945	(264.506)	-	-	-	-	(11.379)	35.060
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-	-	-
Outros	160	(160)	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em locação financeira								
. Equipamento	35.995	(34.590)	-	-	-	(115)	(1.257)	33
	<u>796.984</u>	<u>(635.815)</u>	<u>18.777</u>	<u>(1.101)</u>	<u>367</u>	<u>100</u>	<u>(55.501)</u>	<u>123.811</u>
Activos intangíveis:								
Softw are	1.920.978	(1.488.442)	18.158	-	-	(2.667)	(249.580)	198.447
	<u>2.717.962</u>	<u>(2.124.257)</u>	<u>36.935</u>	<u>(1.101)</u>	<u>367</u>	<u>(2.567)</u>	<u>(305.081)</u>	<u>322.258</u>

	2012 (pro-forma)							
	Saldos em 1.1.2012			Abates		Amortizações do exercício	Valor líquido	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
Activos tangíveis:								
Mobiliário e material	363.958	(298.999)	957	(6.032)	6.032	(17.809)	(17.809)	48.107
Equipamento informático	1.273	(960)	68.278	-	-	(4.026)	(4.026)	64.565
Máquinas e ferramentas	20.258	(19.262)	-	-	-	(343)	(343)	653
Equipamento de transmissão	310.945	(253.127)	-	-	-	(11.379)	(11.379)	46.439
Equipamento de segurança	1.192	(1.192)	-	-	-	-	-	-
Outros	160	(160)	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em locação financeira								
. Equipamento	35.995	(30.388)	-	-	-	(4.202)	(4.202)	1.405
	<u>733.781</u>	<u>(604.088)</u>	<u>69.235</u>	<u>(6.032)</u>	<u>6.032</u>	<u>(37.759)</u>	<u>(37.759)</u>	<u>161.169</u>
Activos intangíveis:								
Softw are	1.855.401	(1.160.488)	65.577	-	-	(327.954)	(327.954)	432.536
	<u>2.589.182</u>	<u>(1.764.576)</u>	<u>134.812</u>	<u>(6.032)</u>	<u>6.032</u>	<u>(365.713)</u>	<u>(365.713)</u>	<u>593.705</u>

As adições de ativos intangíveis ocorridas durante os exercícios de 2013 e 2012 incluem os montantes de, aproximadamente, 12.500 Euros e 65.000 Euros, respetivamente, associados ao projeto de integração “Charles River”, o qual corresponde a uma aplicação informática de Front-office.

Os saldos de imobilizado relacionados com contratos de locação financeira refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, eram os seguintes:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Ativos tangíveis – Equipamento:		
· Valor bruto	35.995	35.995
· Amortizações acumuladas	( 35.962 )	( 34.590 )
	-----	-----
	33	1.405
	==	=====
Outros passivos (Nota 10):		
· Até um ano	11.070	13.163
	=====	=====

## 8. OUTROS ATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Comissões de gestão discricionária de carteiras	5.461.547	5.132.944
Comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários	3.369.970	4.639.992
Restituição de imposto retido	2.732.803	201.514
Despesas com encargos diferidos:		
· Seguros	110.511	131.265
· Despesas com informações	45.162	30.095
· Despesas informáticas	29.579	29.219
· Comissões de comercialização	-	57.871
· Outras	1.201	-
Comissões de aconselhamento:		
· Instituto de Seguros de Portugal	7.500	7.500
· Outros	3.849	4.477
Património artístico	45.049	45.049
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 17)	38.336	90.078
CGD – DGR	9.393	22.525
IVA a recuperar	-	55.323
Outros	90.507	106.559
	-----	-----
	11.945.407	10.554.411
	=====	=====

A rubrica “Comissões de gestão discricionária de carteiras” corresponde às comissões debitadas pela Sociedade relativamente à atividade de gestão discricionária de carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Restituição de imposto retido” corresponde ao montante de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) que foi devolvido pela Sociedade a entidades isentas de retenção, as quais procederam ao resgate de unidades de participação de fundos geridos pela Caixagest. Este montante será regularizado através da compensação que a Sociedade irá efetuar até ao final do mês de Abril do ano seguinte, aquando do pagamento por conta dos Fundos do imposto relativo aos rendimentos por estes obtidos fora do território português.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Outros” inclui 43.072 Euros e 37.946 Euros, respetivamente, relativos à cedência de pessoal a entidades do Grupo CGD. Adicionalmente, inclui 45.399 Euros e 61.521 Euros, respetivamente, relativos à concessão de empréstimos a colaboradores da Sociedade.

9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica da demonstração dos resultados “Impostos” tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Estimativa de imposto a pagar	1.062.057	1.247.768
Reclassificação do efeito fiscal dos desvios atuariais	( 49.519 )	-
Impostos diferidos	-	( 1.796 )
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.012.538	1.245.972
(Excesso) / insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	( 4.006 )	16.285
	-----	-----
Total de imposto	1.008.532	1.262.257
	=====	=====

O montante de 49.519 Euros corresponde à reclassificação para a demonstração do outro rendimento integral do efeito fiscal produzido no imposto corrente do exercício resultante da tributação da variação patrimonial associada aos desvios atuariais registados na rubrica de “Outras reservas”.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto relativa aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2013</u>		<u>2012 (pro-forma)</u>	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		3.503.284		3.851.834
Imposto apurado com base na taxa de imposto normal	26,50%	928.370	26,50%	1.020.736
Derrama estadual	1,82%	63.816	2,12%	81.580
Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	-0,36%	(12.595)	-0,28%	(10.796)
Tributação autónoma	1,06%	37.029	1,25%	48.047
Outros (líquido)	-0,12%	(4.082)	2,76%	106.405
Imposto do exercício	<u>28,90%</u>	<u>1.012.538</u>	<u>32,35%</u>	<u>1.245.972</u>

Os passivos por impostos correntes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são como seguem:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Ativos / (Passivos) por impostos correntes:		
· Estimativa de imposto corrente do exercício	( 1.062.057 )	( 1.247.768 )
· Pagamentos por conta	838.824	327.705
· Outros	1.796	-
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a pagar	( 221.437 )	( 920.063 )
	=====	=====

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2010 a 2013 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção ou liquidação adicional relativamente aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe e o movimento dos passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	31-12-2012 ( <i>pro-forma</i> )		Reforços		Reversões		31-12-2013	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Reserva de justo valor positiva / (negativa) (Nota 5)	839	222	440	117	-	-	1.279	339
Impacto da alteração do reconhecimento dos desvios actuariais (Nota 2.3)	194.513	51.546	-	-	(194.513)	(51.546)	-	-
	<u>195.352</u>	<u>51.768</u>	<u>440</u>	<u>117</u>	<u>(194.513)</u>	<u>(51.546)</u>	<u>1.279</u>	<u>339</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe do efeito fiscal associado aos desvios atuariais registados na demonstração do outro rendimento integral é como segue:

Reversão de impostos diferidos	51.546
Reclassificação do efeito fiscal dos desvios atuariais de imposto corrente	( 49.519 )
Outros	1.796
	-----
	3.823
	=====

## 10. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> ( <i>pro-forma</i> )
Encargos com férias e subsídio de férias	538.041	282.615
Outros encargos a pagar:		
· WestLB Asset Management	49.591	53.466
· Dresdner	48.034	43.958
· CDC Gestion – EUA	36.921	17.258
· Bloomberg	15.725	23.688
· Seguros	-	57.328
· Outras	446.374	474.485
Credores diversos:		
· Comissão de depósito a pagar à CGD (Nota 21)	1.057.239	948.088
· Comissão de comercialização a pagar à CGD (Nota 21)	277.111	1.570.266
Fornecedores de ativos tangíveis em locação financeira (Notas 7 e 21)	11.070	13.163
Outros fornecedores:		
· Comissões de comercialização a pagar à CGD (Nota 21)	1.837.941	805.524
· Outros serviços a pagar à CGD (Nota 21)	145.334	63.340
· Diversos	188.329	128.014
Outras exigibilidades:		
· Segurança social	71.002	70.850
· Retenção de impostos	60.692	49.113
· IVA a pagar	51.228	30.151
· Contribuições para o Fundo de Pensões	-	10.500
· Outras	33.402	385
	-----	-----
	4.868.034	4.642.192
	=====	=====

O aumento ocorrido em 2013 na rubrica “Encargos com férias e subsídio de férias” é justificado, essencialmente, pelo facto de no exercício de 2012 a Sociedade não ter procedido ao registo e ao pagamento do subsídio de férias de 2012, decorrente da aplicação das políticas de contenção salarial emanadas pelo seu acionista indireto (Estado Português).

Os montantes a pagar às entidades designadas por “WestLB Asset Management”, “Dresdner” e “CDC Gestion – EUA”, estão relacionados com os serviços de acompanhamento/gestão que estas entidades prestam à Sociedade, nomeadamente nos fundos de investimento que detêm uma carteira de títulos de empresas de mercados emergentes, asiáticas e norte americanas, respetivamente (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Comissão de depósito a pagar à CGD” corresponde à comissão a pagar à CGD relativamente ao segundo semestre de 2013 e 2012, respetivamente, sendo que, aquela entidade atua como banco depositário das carteiras sob gestão discricionária de patrimónios da Sociedade.

#### 11. CAPITAL SUBSCRITO E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Sociedade encontrava-se representado por 1.860.000 ações com um valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscritas e realizadas, sendo detidas integralmente pela Caixa – Gestão de Ativos, SGPS, S.A..

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para efeitos de distribuição de dividendos nem para aquisição de ações próprias.

#### 12. RESERVA DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Reserva de justo valor	940 -----	617 ----
Reserva legal	9.300.000	9.300.000
Reservas livres	6.763.096	6.763.096
Outras reservas:		
Ganhos atuariais e financeiros	169.764	201.292
Impacto fiscal dos desvios atuariais e financeiros	( 49.519 )	( 53.342 )
Outras	496.709	496.709
	-----	-----
Resultados transitados	16.680.050	16.707.755
Resultado líquido do exercício	( 4.983 )	-
	-----	-----
	2.494.752	2.589.577
	-----	-----
	19.169.819	19.297.949
	=====	=====

#### Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Dividendos

Nas reuniões de Assembleia Geral realizadas nos dias 10 de Maio de 2013 e 30 de Março de 2012, foi deliberada a distribuição de dividendos nos montantes de 2.594.560 Euros e 1.108.520 Euros, respetivamente.

13. JUROS E RENDIMENTOS/ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2013</u>	2012 <i>(pro-forma)</i>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito (Nota 21)	469.693	566.757
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	3.205	2.191
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 21)	743	4.186
Outros juros e rendimentos similares	311	534
	-----	-----
	473.952	573.668
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de ativos tangíveis em regime de locação financeira (Nota 21)	42	273
	==	===

14. RENDIMENTOS/ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

Rendimentos

	2013	2012 (pro-forma)
<u>Comissão de gestão</u>		
Caixa Fundo Monetário	1.932.265	1.526.213
Caixagest Liquidez	1.451.122	193.836
Caixagest Acções EUA	1.379.519	1.243.307
Caixagest Activos Curto Prazo	1.209.372	1.023.286
Caixagest Obrigações Mais Mensal	1.046.337	958.621
Caixagest Imobiliário Internacional	662.580	724.035
Caixagest Acções Europa	592.239	550.306
Caixagest Acções Portugal	583.678	482.005
Caixagest Acções Emergentes	548.419	612.955
Caixagest Acções Oriente	407.174	420.467
Caixagest Private Equity	352.452	356.838
Caixagest Estratégia Equilibrada	240.516	68.603
Caixagest Estratégias Alternativas	297.843	323.467
Caixagest Acções Japão	285.695	247.156
Caixa Fundo Rendimento Fixo VI	267.006	331.261
Caixagest Infraestruturas	264.675	250.390
Caixagest Energias Renováveis	264.504	322.778
Caixagest Oportunidades	218.757	314.168
Caixagest Obrigações Longo Prazo	205.244	201.596
Caixagest Estratégia Dinâmica	199.444	170.182
Caixagest Matérias Primas	161.330	228.571
Caixa Fundo Rendimento Fixo V	159.274	295.050
Caixagest Rendimento Fixo 2015	150.000	149.589
Caixagest PPA	133.800	163.486
Caixagest Obrigações Mais	125.692	117.773
Caixagest Global Markets	101.444	108.218
Caixa Fundo Rendimento Fixo IV	96.685	225.249
Caixagest Estratégia Arrojada	69.095	69.710
Caixagest Acções Líderes Globais (**)	62.641	-
Caixagest Super Memory	61.920	65.484
Caixagest Valor Bric 2015	57.540	60.540
Caixagest Rendimento Corporate 2014 II	44.753	41.425
Caixagest Índices Mundiais	35.483	37.609
Caixa Fundo Rendimento Fixo II	34.976	230.631
Caixa Fundo Rendimento Fixo III	31.084	190.305
Postal Acções	27.216	26.834
Caixa Fundo Rendimento Fixo I	26.313	209.913
Caixagest Premium Plus	24.876	81.223
Caixagest Rendimento Corporate 2014	22.562	22.500
Caixagest Super Premium II	15.230	43.048
Postal Capitalização	13.358	14.358
Caixagest Mix Emergentes	12.399	13.039
Caixagest Super Premium	6.353	78.514
Postal Tesouraria	3.624	4.016
Caixa Fundo Capitalização (*)	-	14.700
Caixagest Rendimento Nacional	-	12.601
Caixagest Selecção Especial (*)	-	10.997
Caixagest Valor Premium (*)	-	6.481
Caixagest Rendimento Oriente	-	5.504
Caixagest Maximizer Plus	(52.492)	138.077
	<u>13.833.997</u>	<u>12.986.915</u>
<u>Comissão de performance</u>		
Caixa Fundo Monetário	644.089	508.737
Caixagest Liquidez	483.708	64.612
Caixagest Activos Curto Prazo	238.219	22.653
Caixagest Obrigações Mais	182.447	267.681
Caixagest Infraestruturas	106.177	-
	<u>1.654.640</u>	<u>863.683</u>
Comissão de gestão discricionária	7.257.845	7.173.925
Comissão de aconselhamento discricionário de carteiras	205.532	411.020
Comissões de performance	328.750	172.171
	<u>7.792.127</u>	<u>7.757.116</u>
	<u>23.280.764</u>	<u>21.607.714</u>

(\*) Fundo liquidado durante o exercício de 2012.

(\*\*) Fundo constituído durante o exercício de 2013.

Gastos

	2013	2012 (pro-forma)
Comissão de comercialização		
. Caixa Geral de Depósitos	9.475.199	8.445.224
. CTT - Correios de Portugal	18.569	18.890
. Outros	5.323	1.087
	<u>9.499.091</u>	<u>8.465.201</u>
Comissões por operações realizadas por terceiros	2.122.846	1.707.799
Comissões de acompanhamento/gestão (Nota 10)	602.511	594.500
Taxa de supervisão:		
. Carteiras de patrimónios sob gestão	240.000	240.000
. Outros	236.623	355.734
Outras	3.124	6.894
	<u>3.205.104</u>	<u>2.904.927</u>
	<u>12.704.195</u>	<u>11.370.128</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Sociedade não procedeu ao registo da comissão de gestão de performance a receber do Fundo Caixagest – Private Equity nos montantes de, aproximadamente, 781.000 Euros e 752.000 Euros, respetivamente. De acordo com deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, aquela comissão de performance só será exigida quando o valor da unidade de participação do Fundo atingir um nível de rentabilidade positivo (valor da unidade de participação superior a 5 Euros). Nos exercícios de 2012 e 2013, aquele Fundo não atingiu os requisitos de rentabilidade para apuramento de comissão de gestão de performance.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Comissões por operações realizadas por terceiros” corresponde, essencialmente, à comissão cobrada pela CGD como banco depositário das carteiras de patrimónios sob gestão da Sociedade.

15. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição (débitos/(créditos)):

	2013	2012 (pro-forma)
Rendas de locação operacional:		
. Equipamento de transporte	175.212	174.501
. Equipamento informático	1.738	7.300
Outro equipamento informático	18.021	19.921
Quotizações e donativos	60.055	53.433
Contribuição para o Sistema de Indemnização aos Investidores	2.500	2.500
Anulação de encargos com férias e subsídio de férias	-	( 260.320 )
Outros	( 91.638 )	423.222
	<u>165.888</u>	<u>420.557</u>
	=====	=====

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Anulação de encargos com férias e subsídio de férias” respeitou à anulação da estimativa constituída em 2011 para encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2012, no seguimento das políticas de contenção salarial emanadas pelo acionista indireto da Sociedade (Estado Português).

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Salários e vencimentos:		
· Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 21)	486.791	428.416
· Remunerações dos empregados	2.928.088	2.636.590
	-----	-----
	3.414.879	3.065.006
Encargos sociais obrigatórios	753.766	582.112
Encargos sociais facultativos	101.480	186.139
Custos com pensões de reforma e sobrevivência (Nota 17):		
· Plano de benefícios definidos	20.215	43.841
· Plano de contribuição definida	64.268	39.447
Cedências de pessoal	( 270.470 )	( 257.372 )
Outros custos com o pessoal	3.741	2.167
	-----	-----
	4.087.879	3.661.340
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade era de 57 e 66, respetivamente. Este número não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica “Gastos gerais administrativos” (Nota 18).

O aumento ocorrido em 2013 na rubrica “Salários e vencimentos” é justificado, essencialmente, pelo facto de no exercício de 2012 a Sociedade não ter procedido ao registo do subsídio de férias de 2012 (Nota 10).

17. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Conforme indicado em maior detalhe na Nota 2.2.e), a Caixagest assumiu o compromisso de atribuir complementos de pensões de reforma e sobrevivência aos seus colaboradores provenientes da ex-Investil.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foi efetuado um estudo atuarial pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., considerando os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de crescimento das pensões	1%	1%
Taxa de crescimento salarial futura	2% <sup>(1)</sup>	2% <sup>(2)</sup>
Indexante de Apoios Sociais – Decreto-Lei nº 187/07	419,22	419,22
Taxa de desconto	4%	4,50%
Taxa de revalorização dos salários para a Segurança Social		
. Decreto-Lei nº 35/02	2%	2%
. Decreto-Lei nº 329/93	2%	2%

<sup>(1)</sup> Não foi considerado crescimento salarial em 2014.

<sup>(2)</sup> Não foi considerado crescimento salarial em 2013 e 2014.

Pressupostos demográficos:

Tábua de mortalidade:		
. Homens	TV 73/77	TV 73/77
. Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Idade de reforma antecipada	55	55
Idade de reforma	65	65
Método atuarial	Projected Unit Credit	

Caracterização da população:Ativos

Nº de participantes com reforma aos 65 anos	2	2
Nº de participantes com reforma aos 55 anos (Decreto-Lei nº 9/99)	8	8
Idade média (anos)	49	48
Antiguidade média (anos)	21	20
Salário médio anual (Euros)	42.999	43.674
Folha anual de salários (Euros)	429.991	436.744

Beneficiários/reformados

Número de pessoas	1	1
Idade média (anos)	63	62
Pensão média anual (Euros)	960	960
Pensões totais anuais (Euros)	12.479	12.479

Adicionalmente, foram ainda considerados os seguintes pressupostos:

- (i) Consideraram-se as regras de flexibilização da idade de reforma conforme o Decreto-Lei nº 187/2007;
- (ii) No cálculo da pensão da Segurança Social, tomou-se como crescimento salarial para a carreira contributiva passada o Índice de Preços do Consumidor sem habitação, acrescido de meio ponto percentual, por não se encontrar disponível informação sobre os salários referentes a esse período;
- (iii) Para efeito da revalorização de salários futuros, utilizados no cálculo das remunerações de referência, estimou-se o Índice de Preços do Consumidor sem habitação em 2%;
- (iv) Assumiu-se que 20% dos participantes com direito à reforma antecipada reformar-se-ão aos 55 anos e os restantes 80% aos 65 anos;
- (v) Para o cálculo das pensões de sobrevivência diferida, foi assumido que 80% dos participantes são casados, sendo os cônjuges três anos mais novos; e
- (vi) Foi estabelecido que a pensão de orfandade seria atribuída aos filhos até aos 24 anos de idade, se o trabalhador estiver na situação de reforma por velhice à data do falecimento.

As responsabilidades por pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, calculadas de acordo com os pressupostos acima indicados, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u> <i>(pro-forma)</i>
Responsabilidades por serviços passados do pessoal:		
. Saldos iniciais	770.424	768.639
. Custo do serviço corrente	25.361	32.731
. Custo do juro	34.410	41.968
. Pagamento de pensões de reforma	( 11.518 )	( 11.184 )
. Ganhos atuariais por desvios entre os pressupostos e os valores efetivamente verificados	( 16.402 )	( 36.153 )
. (Ganhos) / Perdas atuariais por alteração de pressupostos	73.501	( 25.577 )
	-----	-----
Saldos finais	875.776	770.424
	=====	=====
Valor patrimonial das unidades de participação afectas ao Plano de Pensões “Caixa Reforma Ativa”:		
. Saldos iniciais	860.502	742.206
. Contribuição anual	-	42.000
. Rendimento dos ativos do Fundo	39.557	30.858
. Pagamento de pensões de reforma	( 11.518 )	( 11.184 )
. Ganhos financeiros	25.571	56.622
	-----	-----
Saldos finais	914.112	860.502
	-----	-----
Excesso de cobertura do Fundo de Pensões (Nota 8)	38.336	90.078
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013, as perdas atuariais líquidas são essencialmente justificadas pela revisão da taxa de desconto.

Em 31 de Dezembro de 2012, os ganhos atuariais líquidos resultaram, essencialmente, do crescimento salarial abaixo do previsto e dos valores reais verificados para o Índice de Preços do Consumidor (IPC) e para o fator de sustentabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a média esperada de anos de trabalho dos colaboradores no ativo até à idade de reforma ascende, a 16 anos e 17 anos, respetivamente.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais nos exercícios de 2012 e 2013 foi o seguinte:

Saldo em 1 de Janeiro de 2012 (pro-forma) (Nota 2.3)	82.940
	-----
Ganhos atuariais de 2012	61.730
Ganhos financeiros de 2012	56.622
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (pro-forma) (Nota 12)	201.292
	-----
Perdas atuariais de 2013	( 57.099 )
Ganhos financeiros de 2013	25.571
	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2013 (Nota 12)	169.764
	=====

Nos últimos cinco exercícios, as responsabilidades com serviços passados da Sociedade de acordo com os estudos atuariais efetuados e os respetivos ativos alocados à cobertura das mesmas, apresentavam o seguinte detalhe:

	2013	2012 (pro-forma)	2011	2010	2009
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
Activos	685.308	583.916	590.942	567.899	626.912
Reformados	190.468	186.508	177.697	191.256	-
	<u>875.776</u>	<u>770.424</u>	<u>768.639</u>	<u>759.155</u>	<u>626.912</u>
Cobertura das responsabilidades:					
Valor patrimonial do Fundo	<u>914.112</u>	<u>860.502</u>	<u>742.206</u>	<u>763.986</u>	<u>649.648</u>
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo de pensões	38.336	90.078	(26.433)	4.831	22.736
Nível de financiamento	104,38%	111,69%	96,56%	100,64%	103,63%

Os custos com pensões relativos ao plano de benefícios definidos supra descrito, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, podem ser detalhados como se segue (Nota 16):

	2013	2012 (pro-forma)
Custo do serviço corrente	25.361	32.731
Proveito / custo líquido de juros com o plano de pensões	( 5.146 )	11.110
	-----	-----
	20.215	43.841
	=====	=====

A política de investimentos do Fundo de Pensões regula-se por regras de rendibilidade, liquidez, segurança, diversificação e dispersão dos investimentos. Aquela política, encontrando-se balizada pelas normas regulamentares aplicáveis emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, segue um modelo de gestão por *benchmarks*, onde se define mínimos e máximos de exposição a cada classe de ativos e índices de referência de cada classe face aos quais é medida a performance. O modelo de gestão do Fundo não é especificamente orientado para a minimização do *mismatch* entre os ativos e passivos, pela dificuldade em estabelecer uma estratégia de imunização eficaz dada a elevada maturidade residual das responsabilidades.

A política de investimentos do Fundo de Pensões prevê os seguintes *benchmarks* centrais e limites de investimento por classe de ativos:

<u>Classe de activos</u>	<u>Benchmark central (%)</u>	<u>Intervalos permitidos (%)</u>
Obrigações	70	50-90
Taxa fixa	20	0-40
Taxa variável	50	30-70
Acções	10	0-35
Imobiliário	15	0-25
Investimento directo	5	0-25
Investimento indirecto	10	0-25
Investimentos alternativos	-	0-10
Liquidez	5	0-25

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição da carteira do Fundo de Pensões da Sociedade era a seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Acções	40.548	42.322
Unidades de participação em fundos de investimento		
Mobiliários	129.495	112.479
Imobiliários	989	918
Obrigações de dívida pública		
AA – a AAA	42.078	67.436
A – a A +	-	4.103
BBB – a BBB +	57.390	52.123
BB – a BB +	6.198	3.512
Obrigações diversas		
AA – a AAA	24.126	7.316
A – a A +	59.497	112.745
BBB – a BBB +	181.415	141.398
BB – a BB +	7.819	30.833
B – a B +	11.821	14.866
CCC- a CCC+	68.128	77.927
Sem Rating	260	-
Terrenos e edifícios	145.382	149.573
Liquidez	141.828	46.333
Outros	(2.863)	(3.385)
Valor do Fundo	<u>914.112</u>	<u>860.502</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor pode ser resumida como segue (não inclui juros corridos):

	2013			
	Nível 1	Técnicas de valorização		Total
		Nível 2	Nível 3	
		Inputs		
Cotações de mercado	observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização		
Instrumentos de capital e unidades de participação	170.043	-	989	171.032
Títulos de dívida pública	103.614	-	-	103.614
Outros títulos de dívida	174.544	110.716	66.848	352.108
	<u>448.201</u>	<u>110.716</u>	<u>67.838</u>	<u>626.754</u>

	2012			
	Nível 1	Técnicas de valorização		Total
		Nível 2	Nível 3	
		Inputs		
Cotações de mercado	observáveis de mercado	Outras técnicas de valorização		
Instrumentos de capital e unidades de participação	154.801	-	918	155.719
Títulos de dívida pública	124.432	-	-	124.432
Outros títulos de dívida	273.133	33.644	77.841	384.618
	<u>552.366</u>	<u>33.644</u>	<u>78.760</u>	<u>664.769</u>

Na preparação dos quadros acima foram utilizados os seguintes critérios:

- Nível 1 - Cotações de mercado: nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos e transações, incluindo o contribuidor “CBBT” da *Bloomberg*;
- Nível 2 - Técnicas de valorização: *Inputs* observáveis de mercado – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em “*bids*” indicativos fornecidos por contrapartes externas disponíveis na *Bloomberg*;
- Nível 3 - Outras técnicas de valorização: esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.* Sucursal em Portugal, ou preços fornecidos por entidades estruturadoras dos produtos.

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem a Sociedade aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em Euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito. Se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades. Atualmente, o Fundo de Pensões tem um investimento equilibrado em instrumentos de dívida, instrumentos de capital e fundos de investimento mobiliário. Considerando a natureza de longo prazo das responsabilidades, a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões considera apropriado que uma parte significativa dos ativos seja investida em instrumentos de dívida para aumentar a rentabilidade esperada gerada pelo Fundo.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações (taxa de desconto) irá aumentar as responsabilidades com pensões. Contudo, será parcialmente compensada com um aumento na rentabilidade do Fundo de Pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de Dezembro de 2013, a análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos financeiros reportada àquela data, conduziria aos seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados da Sociedade:

	<u>Cenário em vigor</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Taxa de desconto	4,00%	4,00%	3,50%	4,50%
Taxa de crescimento salarial (*)	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento de pensões	1,00%	0,50%	1,00%	1,00%
Estimativa de responsabilidade por serviços passados	<u>875.776</u>	<u>833.388</u>	<u>968.069</u>	<u>802.275</u>
Impacto		<u>(42.388)</u>	<u>92.293</u>	<u>(73.501)</u>

(\*) Não foi considerado crescimento salarial para 2014.

Adicionalmente, em 2002 a Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objetivo garantir o pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como de pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores/participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata à data da reforma e com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade (excluindo os provenientes da ex – Investil) que se encontravam em funções à data de celebração do contrato e os ex-colaboradores que tenham completado, em data posterior, um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da Segurança Social por velhice.

A remuneração definitiva para o apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescido dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões encontra-se a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição trimestral a favor de cada participante é calculada da seguinte forma: 2% \* remuneração mensal \* 3.

A Sociedade poderá ainda, sempre que o entender, efetuar contribuições extraordinárias.

A Sociedade reconheceu como gastos do exercício de 2013 e 2012 a contribuição anual de 64.268 Euros e 39.447 Euros, respetivamente (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as contribuições foram investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor, do Fundo Caixa Reforma Ativa e do Fundo Caixa Reforma Prudente, com o seguinte detalhe:

	<u>Número de unidades de participação</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	64.410	58.665	359.148	301.996
Fundo Caixa Reforma Ativa	22.909	21.116	284.098	246.129
Fundo Caixa Reforma Prudente	9.458	7.978	54.596	44.884
	-----	-----	-----	-----
	<u>96.777</u>	<u>87.759</u>	<u>697.842</u>	<u>593.009</u>
	=====	=====	=====	=====

18. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	2012 <i>(pro-forma)</i>
Fornecimentos de terceiros	27.212	29.336
Serviços de terceiros:		
· Pessoal cedido	707.378	390.295
· Rendas e alugueres	290.048	286.106
· Publicidade	173.271	34.092
· Comunicação e despesas de expedição	64.036	91.435
· Deslocações e estadas	44.878	37.843
· Conservação e reparação de equipamento	6.861	5.679
· Formação de pessoal	4.556	10.092
· Serviços especializados:		
- Informações	697.530	790.108
- Informática	679.979	567.176
- Outros	203.339	176.510
· Outros serviços de terceiros	156	309
Comparticipação nos custos do edifício	89.483	92.776
	-----	-----
	2.988.727	2.511.757
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Pessoal cedido” corresponde aos custos suportados com a cedência de pessoal por parte de outras empresas do Grupo CGD. O aumento ocorrido no exercício de 2013 nesta rubrica está relacionado com o aumento no número de colaboradores cedidos.

19. ATIVOS GERIDOS

Os Fundos geridos e administrados pela Sociedade consistem em fundos abertos de investimento mobiliário constituídos por prazo indeterminado e por fundos especiais de investimento, uns constituídos por prazo fixo e outros por prazo indeterminado. Os Fundos foram autorizados pelas respetivas Portarias do Ministro das Finanças e por deliberações do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Adicionalmente, conforme referido na Nota Introdutória, a Sociedade administra carteiras pertencentes a terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais dados financeiros relativos aos fundos de investimento mobiliário geridos pela Sociedade podem ser resumidos como segue:

	2013		2012 (pro-forma)	
	Total do activo líquido	Capital do Fundo	Número de unidades de participação	Capital do Fundo
<b>Fundos Abertos:</b>				
<i>a) Liquidez e Aforro</i>				
Caixagest Liquidez	779.562.271	778.633.048	147.570.090	164.320.845
Caixagest Obrigações Mais Mensal	253.744.245	250.815.576	59.198.283	247.381.564
Caixagest Activos Curto Prazo	239.144.026	237.976.451	21.917.260	169.070.291
<i>b) Optimização</i>				
Caixagest Estratégia Equilibrada	81.053.098	78.596.991	12.511.322	9.434.451
Caixagest Estratégia Dinâmica	67.773.711	66.922.739	10.267.619	56.415.551
Caixagest Estratégia Arrojada	10.003.871	9.858.644	2.019.845	5.258.769
<i>c) Capitalização</i>				
Caixagest Obrigações Mais	22.691.963	22.123.822	3.820.269	19.112.928
Caixagest Obrigações Longo Prazo	18.564.744	18.322.908	1.757.929	18.415.514
<i>d) Valor Acrescentado</i>				
Caixagest Ações EUA	70.768.063	65.973.266	14.540.677	58.874.391
Caixagest Ações Portugal	35.815.304	33.440.291	2.892.229	25.534.842
Caixagest Ações Líderes Globais (**)	29.004.575	28.074.652	5.518.183	-
Caixagest Ações Europa	29.773.347	27.736.810	3.285.467	26.536.259
Caixagest Ações Emergentes	23.272.705	22.726.456	3.067.348	26.621.966
Caixagest Ações Oriente	20.456.323	19.496.196	2.941.452	21.537.898
Caixagest Ações Japão	17.962.113	15.922.480	6.726.117	13.988.698
Caixagest PPA	7.080.523	5.774.363	497.966	6.637.000
<i>e) Especial de Investimento</i>				
Caixagest Fundo Monetário	721.991.292	721.079.498	130.564.157	676.427.483
Caixagest Imobiliário Internacional	252.506.142	250.012.807	75.773.858	248.353.525
Caixagest Private Equity	118.604.176	114.736.671	24.671.693	113.914.166
Caixagest Rendimento Nacional	87.559.098	87.399.098	20.000.000	78.480.060
Caixagest Infraestruturas	84.742.832	83.778.132	18.518.724	79.679.451
Caixa Rendimento Fixo 2015	78.941.516	78.239.632	15.000.000	77.612.026
Caixagest Global Markets	61.068.383	60.119.045	11.600.000	58.881.444
Caixagest Rendimento Oriente	25.977.489	25.917.329	6.000.000	23.076.516
Caixagest Valor BRIC 2015	21.630.405	21.410.601	4.200.000	20.547.769
Caixagest Super Memory	20.698.067	20.487.617	4.000.000	19.992.248
Caixagest Oportunidades	18.386.866	17.617.408	3.159.870	31.275.097
Caixagest Estratégias Alternativas	17.582.927	17.365.644	4.337.215	25.321.266
Caixagest Energias Renováveis	17.221.052	17.025.432	3.235.736	21.654.680
Caixagest Matérias Primas	15.651.061	15.634.396	3.513.798	17.936.646
Caixagest Índices Mundiais	14.199.827	14.187.725	3.000.000	13.784.286
Caixagest Mix Emergentes	10.308.480	10.216.397	2.000.000	9.697.366
Caixagest Rendimento Corporate 2014 II	5.494.146	5.413.244	1.000.000	5.349.252
Caixagest Rendimento Corporate 2014	2.886.915	2.865.427	500.000	2.833.377
Caixagest Fundo Rendimento Fixo VI (*)	-	-	-	120.575.016
Caixagest Fundo Rendimento Fixo (*)	-	-	-	101.574.580
Caixagest Fundo Rendimento Fixo II (*)	-	-	-	101.566.811
Caixagest Fundo Rendimento Fixo IV (*)	-	-	-	86.043.965
Caixagest Fundo Rendimento Fixo V (*)	-	-	-	70.833.300
Caixagest Fundo Rendimento Fixo III (*)	-	-	-	64.444.269
Caixagest Maximizer Plus (*)	-	-	-	54.769.542
Caixagest Premium Plus (*)	-	-	-	29.332.436
Caixagest Super Premium (*)	-	-	-	27.974.045
Caixagest Super Premium II (*)	-	-	-	15.835.192
<i>f) Fundos Postal</i>				
Postal Capitalização	1.646.697	1.631.393	116.249	1.736.967
Postal Ações	1.495.675	1.381.503	135.363	1.470.502
Postal Tesouraria	415.780	413.896	42.065	468.177
	<b>3.285.679.708</b>	<b>3.249.327.588</b>	<b>629.900.784</b>	<b>3.070.582.427</b>

(\*) Fundo liquidado durante o exercício de 2013.

(\*\*) Fundo constituído durante o exercício de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Sociedade prestava serviços de administração e gestão de carteiras a 93 e a 103 clientes, respetivamente, sendo o total de ativos geridos detalhados como segue:

	2013	2012 (pro-forma)
Gestão de carteira da Fidelidade	11.644.247.477	11.793.536.771
Fundo especial da Portugal Telecom	2.405.522.988	2.395.073.834
Fundo especial da CGD	1.981.468.095	1.969.170.047
Fundo de Pensões CGD	1.712.206.016	1.555.470.706
Fundo especial da Marconi	391.421.600	388.961.517
Fundo de reserva NAV	189.444.215	188.804.702
Fundo de reserva Pensões Gere	118.709.051	125.034.106
Fundo de reserva ANA	118.192.073	121.496.344
Fundo de reserva BPN	123.473.186	115.103.433
Fundo de reserva INCM	103.405.143	105.016.777
Fundo de reserva CGA	84.632.533	84.268.205
Fundo de Pensões da Império Bonança	68.763.229	80.473.349
Gestão de carteira da Via Directa	62.206.425	75.384.604
Fundo de Pensões Fidelidade	55.573.443	60.760.808
Gestão de carteira da Cares	56.076.255	55.036.592
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	45.932.047	49.402.894
Fundo de Pensões Caixa Reforma Prudente	92.913.332	47.665.721
Fundo de Pensões Caixa Reforma Activa	45.679.898	42.578.335
Outros clientes	285.858.019	216.958.724
	<u>19.585.725.025</u>	<u>19.470.197.469</u>

## 20. SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES (SII)

A Sociedade detém na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” Obrigações do Tesouro aceites pelo SII passíveis de serem dadas em penhor no âmbito dos ativos sob gestão. Conforme referido na Nota 2. k), este sistema garante a cobertura dos montantes devidos aos investidores por um intermediário financeiro que não tenha capacidade financeira para restituir ou reembolsar esses mesmos montantes. Esta carteira é ajustada consoante as necessidades de reforço do penhor decorrentes do nível de responsabilidades perante terceiros (Nota 19), conforme regras determinadas pelo próprio SII.

## 21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais saldos do balanço e os resultados gerados pela Sociedade em transações efetuadas com entidades do Grupo CGD foram os seguintes:

	2013						
	CGD	CGD Pensões	Fidelidade	Caixa LF	Fundger	Outras entidades Grupo CGD	Total
<b>Activo:</b>							
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	1.785.380	-	-	-	-	-	1.785.380
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	19.625.570	-	-	-	-	-	19.625.570
Outros activos (Nota 8)	23.771	188.010	631.812	-	-	36.527	880.120
	<u>21.434.721</u>	<u>188.010</u>	<u>631.812</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.527</u>	<u>22.291.070</u>
<b>Passivo:</b>							
Outros passivos (Nota 10)	3.317.625	12.785	-	11.070	-	33.628	3.375.108
	<u>3.317.625</u>	<u>12.785</u>	<u>-</u>	<u>11.070</u>	<u>-</u>	<u>33.628</u>	<u>3.375.108</u>
<b>Gastos e perdas:</b>							
Juros e encargos similares (Nota 13)	-	-	-	42	-	-	42
Comissões (Nota 14)	11.586.910	-	-	-	-	-	11.586.910
Outros resultados de exploração (Nota 15)	2.292	-	-	-	-	-	2.292
Gastos gerais administrativos (Nota 18)	983.984	58.992	109.339	-	182.147	8.850	1.343.312
<b>Rendimentos e ganhos:</b>							
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	(470.436)	-	-	-	-	-	(470.436)
Comissões (Nota 14)	-	(380.576)	(2.311.541)	-	-	(20.903)	(2.713.020)
	<u>12.102.750</u>	<u>(321.584)</u>	<u>(2.202.202)</u>	<u>42</u>	<u>182.147</u>	<u>(12.053)</u>	<u>9.749.100</u>

	2012 (pro-forma)							
	CGD	CGD Pensões	Fidelidade Mundial	Império Bonança	Caixa LF	Fundger	Outras entidades Grupo CGD	Total
<b>Activo:</b>								
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 4)	1.676.613	-	-	-	-	-	-	1.676.613
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	21.530.315	-	-	-	-	-	-	21.530.315
Outros activos (Nota 8)	32.967	93.000	555.784	-	-	-	30.314	712.065
	<u>23.239.895</u>	<u>93.000</u>	<u>555.784</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.314</u>	<u>23.918.993</u>
<b>Passivo:</b>								
Outros passivos (Nota 10)	3.387.218	-	73.294	-	13.163	-	10.332	3.484.007
	<u>3.387.218</u>	<u>-</u>	<u>73.294</u>	<u>-</u>	<u>13.163</u>	<u>-</u>	<u>10.332</u>	<u>3.484.007</u>
<b>Gastos e perdas:</b>								
Juros e encargos similares (Nota 13)	-	-	-	-	273	-	-	273
Comissões (Nota 14)	10.152.350	-	-	-	-	-	-	10.152.350
Outros resultados de exploração (Nota 15)	6.169	-	-	-	-	-	-	6.169
Gastos gerais administrativos (Nota 18)	624.404	-	221.928	10.436	-	54.354	19.830	930.952
<b>Rendimentos e ganhos:</b>								
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	(570.943)	-	-	-	-	-	-	(570.943)
Comissões (Nota 14)	-	(457.326)	(1.957.591)	(60.184)	-	-	(19.921)	(2.495.022)
	<u>10.211.980</u>	<u>(457.326)</u>	<u>(1.735.663)</u>	<u>(49.748)</u>	<u>273</u>	<u>54.354</u>	<u>(91)</u>	<u>8.023.779</u>

### Órgãos de gestão

As remunerações atribuídas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 aos órgãos de gestão ascenderam a 486.791 Euros e 428.416 Euros, respetivamente (Nota 16).

## 22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Todos os proveitos gerados pela atividade da Sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

## 23. CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações financeiras da Sociedade foram incluídas nas contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S.A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa.

24. JUSTO VALOR E RISCOS FINANCEIROSJusto valor

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Conselho de Administração da Sociedade entende que o justo valor dos instrumentos financeiros ativos e passivos registados ao custo amortizado não difere significativamente do seu justo valor. Por outro lado, as Obrigações do Tesouro registadas na rubrica “Ativos financeiros disponíveis para venda” encontram-se valorizadas ao justo valor apurado com base na cotação divulgada na *Reuters* e/ou *Bloomberg*.

Risco de crédito

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de crédito. De referir que os ativos da Sociedade correspondem, essencialmente, a disponibilidades e aplicações junto da CGD, Obrigações do Tesouro, bem como a comissões de gestão a receber dos Fundos mobiliários por si geridos.

Risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado

A Sociedade considera que, face à sua atividade, não se encontra exposta ao risco de taxa de juro, de liquidez e de mercado. De referir que a Sociedade aplica os seus excedentes de tesouraria em aplicações financeiras domiciliadas na CGD e em obrigações do tesouro. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Sociedade não tinha contraído financiamentos.

25. CONTINGÊNCIAS

A Sociedade foi alvo durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 de um processo de natureza legal, relativo à prática de infrações ao Código dos Valores Mobiliários, cuja decisão foi tomada durante o mês de Março de 2013. No âmbito da decisão tomada pela CMVM, a Sociedade foi condenada a uma coima de 150.000 Euros, dos quais 75.000 Euros ficaram suspensos parcialmente de execução durante um prazo de 2 anos. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade procedeu à impugnação judicial daquela decisão, pelo que a suspensão parcial de execução da coima acima referida extinguiu-se. Em 7 de Fevereiro de 2014, foi apreciada a impugnação apresentada pela Caixagest, tendo a CMVM indeferido o pedido da mesma. Dado que o Conselho de Administração da Sociedade discorda do teor daquelas decisões irá recorrer das mesmas para o Tribunal da Relação de Lisboa. Neste momento, o desfecho deste processo é incerto.

Por outro lado, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a Sociedade foi objeto de um novo processo de natureza legal, relativo à prática de infrações ao Código dos Valores Mobiliários, que, se decidido desfavoravelmente, poderia resultar em responsabilidades que se situavam entre os 25.000 Euros e os 2.500.000 Euros por cada infração cometida. O Conselho de Administração da Sociedade por discordar do teor de tal processo apresentou a sua defesa junto da CMVM. Em 2 de Dezembro de 2013, foi proferida decisão pela CMVM tendo a Caixagest sido condenada ao pagamento de uma coima de 150.000 Euros. No seguimento da deliberação tomada pela CMVM, a Sociedade procedeu ao pagamento daquela coima e decidiu não impugnar judicialmente aquela decisão.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais incorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, com a Deloitte & Associados, SROC, S.A., detalham-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
. Auditoria às demonstrações financeiras anuais	20.200	20.200
. Outros serviços de garantia de fiabilidade	20.000	20.000
	-----	-----
	40.200	40.200
	=====	=====

## 2. RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

### 2.1. AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A Caixagest, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas no Decreto-Lei 133/2013, conforme se descreve na presente grelha de avaliação.

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento <sup>(1)</sup>	Referências no Relatório
<b>Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação</b>	<b>Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objetivos e políticas</b> , para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido	2.2
	<b>Elaborar planos de atividade e orçamentos</b> adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido	2.2
	<b>Definir estratégias de sustentabilidade</b> nos domínios económico, social e ambiental;	Cumprido Parcialmente	2.9
	<b>Adoção de planos de igualdade</b> , de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido	2.3
	<b>Reporte de informação anual</b> à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido	2.8
	<b>Cumprimento de legislação e regulamentação</b> , adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido	2.3
	<b>Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores</b> e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	2.3

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento <sup>(1)</sup>	Referências no Relatório
<b>Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação</b>	<b>Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos</b> , estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros);	Cumprido	2.3
	<b>Conduzir com integridade todos os negócios da empresa</b> , não podendo praticar despesas confidenciais ou não documentadas	Cumprido	2.3
	<b>Ter ou aderir a um código de ética</b> (que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	2.3
<b>Estruturas de Administração e Fiscalização</b>	<b>Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis</b> , de dimensão semelhante e do mesmo sector; <b>O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização</b> (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Não aplicável  Cumprido	  2.5
	<b>Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos</b> e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Não aplicável	
	<b>Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes</b> com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do Órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Não aplicável	
	<b>Implementação do sistema de controlo</b> , que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido	2.7

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento <sup>(1)</sup>	Referências no Relatório
	<b>Promover a rotação e limitação dos mandatos</b> dos membros dos órgãos de fiscalização	Não aplicável	
<b>Remuneração e Outros Direitos</b>	<b>Divulgação anual das remunerações totais</b> (fixas e variáveis) auferidas <b>por cada membro do órgão de administração</b> ; Divulgação anual das remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido	2.6
<b>Remuneração e Outros Direitos</b>	<b>Divulgação anual dos demais benefícios e regalias</b> (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido	2.6
<b>Prevenção de conflitos de interesses</b>	<b>Obrigação dos membros dos órgãos sociais</b> de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse; <b>Obrigação dos membros dos órgãos sociais</b> de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido	2.5
	<b>Obrigação dos membros dos órgãos sociais</b> de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido	2.5
<b>Divulgação de informação relevante</b>	<b>Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações</b> de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido	2.8
	<b>Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado</b> , de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido	2.8
	<b>Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade</b> (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido	2.3
	<b>Nomeação do provedor do cliente</b> , quando se justificar;	Cumprido	2.10

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

## 2.2. ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

### Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da catação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projeto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e catação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

### Missão, Objetivos e Políticas

A missão da Sociedade é ser reconhecida pelos clientes (internos e externos), como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços e produtos financeiros. Tendo por base esta missão, o objetivo é a concretização das aspirações financeiras dos clientes, proporcionando-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo. Para tal a Sociedade tenta captar as melhores pessoas no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores os meios e ferramentas que permitam a excelência nas suas funções. A Sociedade e os seus colaboradores desenvolvem a sua atividade e funções no respeito por elevados princípios éticos e deontológicos, orientando a sua prática pelos valores definidos no Código de Conduta, documento que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob orientações advogadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

A estratégia só terá sucesso se as atividades da empresa forem desenvolvidas em estreita cooperação com a CGD, que acumula papéis de acionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos da Sociedade.

Os objetivos estratégicos da Sociedade assentam grande parte do seu esforço na:

- Dinamização da oferta dos seus produtos e serviços, ajustando-a às necessidades dos clientes e à conjuntura registada nos mercados financeiros;
- Adequação das propostas de valor na gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços apresentados aos seus clientes;
- Dotação de ferramentas de informação e tecnologia, de gestão e controlo do risco necessárias na execução da atividade.

Com estes objetivos a Sociedade pretende manter a liderança, em montante sob gestão em fundos de investimento, para tal tem reformulado a sua oferta, procurando também desta forma concretizar as aspirações financeiras dos clientes. No entanto, a envolvente mantém-se adversa: a deterioração do enquadramento macroeconómico em Portugal, o comportamento volátil dos mercados de capitais, o aumento da concorrência no setor, o recurso ao cross-selling por parte dos concorrentes e dentro dos canais de comercialização utilizados pela sociedade gestora e as alterações no enquadramento regulamentar dos fundos de investimento, dificultam a concretização dos objetivos definidos e atrasam a implementação da visão estratégica da Sociedade nos próximos anos.

## Plano de Atividades

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade, produzido internamente pela Área de Auditoria Interna e Controlo de Gestão da Caixa - Gestão de Ativos SGPS e pela Direção de Controlo e Planeamento da Caixa Geral de Depósitos.

Anualmente, o Relatório e Contas apresenta uma avaliação da atividade desenvolvida pela sociedade.

## 2.3. PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Toda a atividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respetivo.

Neste contexto, a Sociedade adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

### Regulamentos Internos e Externos

A atividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais e às consagradas nos seus Estatutos.

A sociedade está igualmente sujeita aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo DL n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, na sua atual redação, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, na sua atual redação e todas as disposições regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

No âmbito da sua atividade de gestão de fundos mobiliários, é de realçar ainda o Decreto-lei n.º 63-A/2013, de 10 de Maio que institui o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo.

Destaca-se, também, a aplicação à sociedade da lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, e do Regulamento EU n.º 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

### Código de Conduta

A sociedade dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, atuando sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às atividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

Todas as operações de aquisição ou alienação de valores mobiliários efetuadas pelos colaboradores são alvo de restrições impostas por este Código e, mensalmente, todos os colaboradores comunicam

por escrito as operações realizadas por conta própria.

## **Cumprimento da Legislação e Regulamentação**

### **Normas de Natureza Fiscal**

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direção Administrativa e Financeira assegura o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

### **Normas de prevenção de branqueamento de capitais**

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade atua em estrita colaboração com a CGD, já que os ativos por si geridos são comercializados e depositados nessa instituição financeira.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para deteção de situações suscetíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrupção é crime subjacente.

Não obstante este fato, a Sociedade tem presente todos os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e pela regulamentação em vigor nesta matéria. A formação dos colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo constitui um aspeto crucial em toda a temática da prevenção.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes é a Direção de Supervisão e Controlo, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da CGD.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas relacionadas com o crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

### **Normas de concorrência e de proteção do consumidor**

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de atuação que não põem em causa as linhas de ação da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

O processo de criação, aprovação e lançamento de Produtos e Serviços obedece a procedimentos que procuram acautelar o cumprimento da legislação vigente e da estratégia de negócio e a satisfação das necessidades dos Clientes.

### **Normas de natureza ambiental**

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua atividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vetores de atuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela atuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vetores são transversais a todo o grupo Caixa, englobando ações que ambicionam diminuir o impate ambiental decorrente quer

dos seus impactos diretos, quer dos indiretos.

### **Normas de índole laboral**

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e às diversas Ordens de Serviço. A sociedade mantém disponível um domínio na intranet onde podem ser consultadas as Ordens de Serviço em vigor.

### **Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres**

O efetivo da Sociedade apresentou em 2013 uma distribuição equitativa por sexos (57% feminino e 43% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o ajustamento às necessidades do currículo e perfil de competências de cada candidato.

### **Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional**

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Adequação das colocações às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores;
- Apoio nas colónias de férias para os filhos dos colaboradores.

### **Valorização profissional dos colaboradores**

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2013, registaram-se 32 participações em ações de formação específicas para a atividade de negócio, 38 participações em cursos de informática e 42 presenças em conferências e seminários no país e no estrangeiro.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, também podem requerer a comparticipação nos custos de formação. Neste âmbito, em 2013 foram apoiados 6 colaboradores na frequência de mestrados, pós-graduações e cursos de alta especialização.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade oferece aos seus colaboradores condições especiais para a aquisição de equipamento informático pessoal.

## 2.4. TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

### Transações relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transações com empresas do Grupo destaca-se como sendo a mais relevante, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2013, as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com a CGD:

<i>Valores em milhares de euros</i>	
Ativos	
– Disponibilidades em instituições de crédito	1.785
– Aplicações em instituições de crédito	19.601
Proveitos	
– Juros e rendimentos similares	470
Custos	
– Comissões	11.587

### Procedimentos adotados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – de forma escrita com troca de correspondência ou contrato formal.
- Utilização sempre que possível, da plataforma eletrónica de compras do grupo CGD.

### Universo de transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Seguros: com a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA;
- Locação operacional de viaturas: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

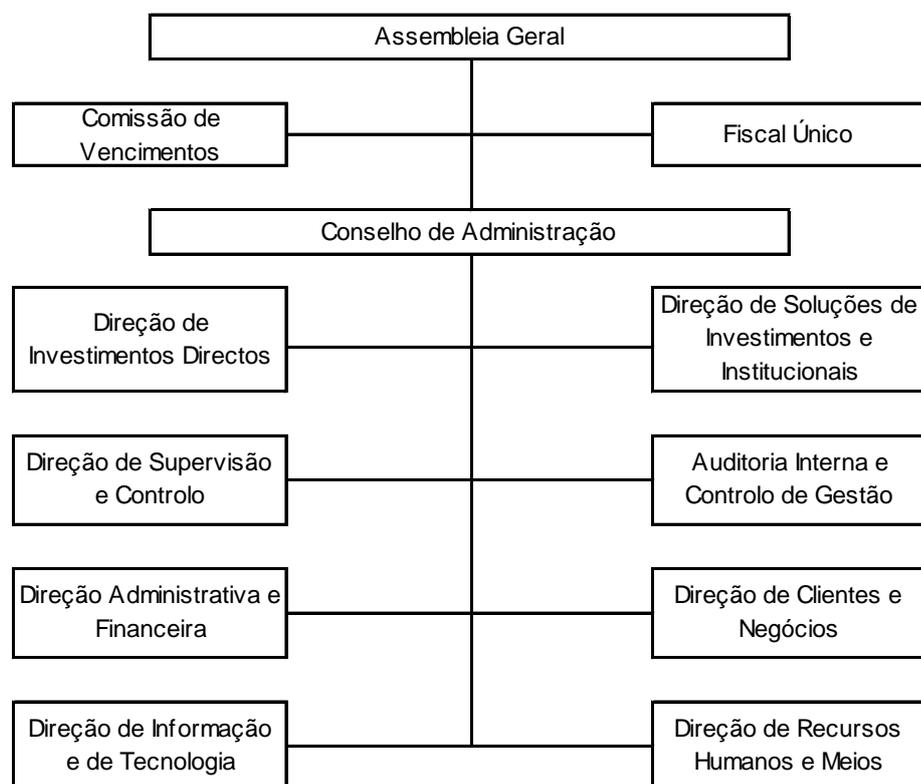
### Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em 2013 foram os seguintes: CGD (88%).

## 2.5. MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

### Modelo de Governo

A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



### Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2011/2013

A **Mesa da Assembleia-Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Secretário	Dr. <sup>a</sup> Maria Amélia Vieira Carvalho de Figueiredo
Secretário	Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato atual (triénio 2011/2013) é a seguinte:

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vogal	Dr. Fernando Manuel Domingos Maximiano
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Dr. <sup>a</sup> Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres (iniciou em funções em 26 de Janeiro de 2014)
Vogal	Sr. José João de Avelar Froes (ainda não iniciou funções)

Durante o exercício de 2013 o Conselho de Administração teve 7 reuniões.

O **Fiscal Único** é a Oliveira Rego & Associados - S.R.O.C., representada pelo Dr. Manuel de Oliveira Rego e pela suplente a Dr.<sup>a</sup>. Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rego.

A composição da **Comissão de Vencimentos** nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sociedade é a seguinte:

Membro	Dr. Henrique Pereira Melo
Membro	Dr. Vitor José Lilaia Da Silva

Os curriculum vitae dos membros da mesa da Assembleia Geral e dos órgãos de administração e de fiscalização estão apresentados no Anexo I ao presente relatório.

### **Prevenção de conflitos de interesses**

A organização e gestão das atividades de intermediação financeira são realizadas por forma a que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

- Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.
- Interdição de uso direto ou indireto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício, nem a facilitá-la a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da atividade de intermediação financeira.
- Observância, em todas as suas atuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.

Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

### **Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração**

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Setor Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

### **Avaliação de desempenho dos gestores executivos**

Considerando a forma como foi conduzida a administração da sociedade, o acionista propôs na última Assembleia-geral, um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, para que prossigam os seus mandatos.

### **Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do art.º 414 nºs 5 e 6 do CSC

### **Meios de salvaguarda da independência dos auditores**

A auditoria anual às contas da Sociedade é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, SA, que tem como interlocutores privilegiados o Conselho Fiscal e a Direção de Contabilidade e Consolidação de Informação Financeira, sendo que, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo são da responsabilidade do Conselho Fiscal, que assegura as suas condições de independência.

## **2.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização**

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os Objetivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos Administradores com pelouros, sendo os custos suportados pelas empresas participadas.

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização encontram-se espelhadas no Anexo II ao presente relatório.

## **2.7. SISTEMA DE CONTROLO**

### **Sistema de Controlo Interno**

Anualmente, a Sociedade elabora um relatório sobre o Sistema de Controlo Interno que é entregue ao Banco de Portugal e à CMVM onde se evidencia o cumprimento da legislação e regulamentação, as deficiências que a sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista as eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Semestralmente, é também apresentado ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, o Relatório de Compliance, onde são identificados os incumprimentos verificados nas sociedades gestoras de fundos e as medidas adotadas para corrigir eventuais deficiências. Este documento é preparado pela Direção de Supervisão e Controlo, direção responsável pela função *compliance*.

### **Sistema de Controlo de Proteção dos Investimentos**

Complementarmente ao Sistema de Controlo Interno (referido anteriormente), os clientes particulares que têm contrato de gestão de carteiras estão abrangidos pelo Sistema de Indemnização aos Investidores, pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-lei n.º 222/99, de 22 de Junho, com o objetivo de proteger os pequenos investidores e que funciona junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

## Sistema de Controlo de Salvaguarda de Títulos

No exercício da atividade de gestão discricionária de carteiras por conta de outrem, a Sociedade assegura uma distinção clara entre os bens pertencentes ao seu património e os bens pertencentes ao património de cada cliente. Para tal adota procedimentos e medidas que permitem, a todo o momento e em todos os atos praticados, o cumprimento desta distinção, em conformidade com o disposto no Código de Valores Mobiliários sobre a salvaguarda dos bens dos clientes.

A Sociedade ciente destes procedimentos, entende todo o trabalho realizado nesta matéria como uma das peças do sistema de controlo interno da Sociedade.

## 2.8. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

### Representante para as Relações com o Mercado

A Sociedade, enquanto emitente de instrumentos financeiros, tem nomeado um Representante para as Relações com o Mercado, cujo contato é o seguinte:

- Dr. Fernando Maximiano, Vogal do Conselho de Administração da entidade gestora.
- Endereço: Av. João XXI, 63 – 2º 1000-300 Lisboa Telefone: 217905457 Fax: 217905765
- E-mail: caixagest@caixagest.t

### Divulgação de informação relevante

No exercício do cumprimento integral do dever de divulgação pública de informação relevante, durante o ano 2013 a sociedade remeteu à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) 76 informações relevantes que se encontram disponíveis no sítio [www. cmvm.pt](http://www.cmvm.pt):

- |  |    |
|--|----|
| • Anúncios de disponibilização ao público que os Relatórios & Contas .....       | 70 |
| • Anúncios de distribuição de rendimentos .....                                  | 2  |
| • Anúncios de publicação de valores de unidades de participação corrigidos ..... | 4  |

### Divulgação de informação no sítio da empresa

O site da sociedade inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante ao Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do estado, aprovados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

### Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, encontra-se também disponível para consulta no site da sociedade.

## 2.9. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

### Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

A oferta de produtos financeiros inovadores também evidencia a integração dos aspetos ambientais de uma forma transversal, nomeadamente através do Fundo Especial de Investimento Caixagest Energias Renováveis, o primeiro fundo temático português de investimento socialmente responsável (iniciado em Outubro de 2005) com notação máxima de cinco estrelas atribuída pela Morningstar.

## 2.10. NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

### Provedor do cliente

As sociedades gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário não estão obrigadas à nomeação de um Provedor do cliente.

O relacionamento com os clientes é na quase totalidade efetuado através da rede comercial da CGD pelo que, regra geral, todas as reclamações são atendidas e resolvidas ao nível da Estrutura Central da CGD. As reclamações dos clientes constituem um meio privilegiado para melhorar o nível de serviço da Sociedade, quer na resolução das situações apresentadas, quer na definição de procedimentos mais adequados em situações futuras.

Nos casos em que as reclamações são diretamente dirigidas à Sociedade Gestora são adotados os seguintes procedimentos de forma a garantir a sua pronta e justa apreciação:

- Todas as reclamações são encaminhadas para a Direção de Clientes e Negócio e para a Direção de Supervisão e Controlo, que, não estando afetas a execução das operações, as apreciam imparcialmente, procedendo à sua resposta.
- É estabelecido um prazo máximo de dez dias úteis para resposta ao cliente.
- Os processos de reclamação, os resultados da apreciação, bem como todos os elementos identificativos da mesma são conservados por um prazo mínimo de cinco anos.

## ANEXO I – CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

### Conselho de Administração

#### João Eduardo de Noronha Gamito de Faria

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Ativos (desde 2001) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger, SGFII e da CGD Pensões, SGFP.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Seguros (2008-2011). Administrador (C.F.O) da área seguradora do Grupo Fidelidade Mundial (2000-2008) e da Império Bonança (2005-2008). Membro do Conselho de Administração da Mundial-Confiança (desde 1995). Membro do Conselho de Administração da IPE Capital. Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (1989-1994). Membro do Conselho de Administração da Fundação de Oeiras (1986-1989)

Data de nascimento: 21 de Fevereiro de 1955.

#### Fernando Manuel Domingos Maximiano

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso de “Global Asset Allocation” no International Center for Monetary and Banking Studies em Geneve. Curso de “Financial Risk Management” no Instituto de Gestão Bancária. Cursos de “Negotial Strategies” e de “Marketing Strategies” na Universidade Nova de Lisboa. Programa de Alta Direção de Empresas no Instituto de Estudios Superiores de la Empresa da Universidade de Navarra.

Membro do Conselho de Administração da Caixa Gestão de Ativos (desde 2008), da Caixagest, Técnicas de Gestão de Fundos (desde 2000).

Diretor-Geral da Caixagest (1994-2000). Chefe de Investimento em Obrigações de Taxa Fixa da Caixagest (1993-1994). Gestor de Fundos na Caixagest (1990-1993) e na UAP - Union des Assurance de Paris (1989-1990).

Data de Nascimento: 25 de Dezembro de 1960

#### Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Ativos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger e da CGD Pensões (desde 2002). Diretor de Gestão de Ativos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Ativos Financeiros, SGFIM e da Mello Ativos Financeiros SGP. Diretor de Investimento da AF

Investimentos, SGFIM. Diretor de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Diretor de Research da Caixagest., Subdiretor da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

#### Sofia Brigida Correia dos Santos Marçal Teixeira Furtado Torres

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 21/11/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduada em Mercados e Ativos Financeiros pelo CEMAF/INDEG. Curso Avançado de Gestão Bancária pelo IFB\Universidade Católica.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest (desde 2013). Coordenadora da área de Gestão de Dívida e Liquidez do IGTCP (2009-2013). Diretora na DMF/CGD (2001-2009). Coordenadora do Gabinete Técnico de Mercados e Gestão de Carteiras do grupo CGD (1999-2001). Colaboradora da Caixa Geral de Depósitos (desde 1993).

Data de Nascimento: 15 de Abril de 1968

### **Mesa da Assembleia Geral**

#### Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em 31/3/2005. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Gestão de Ativos, Caixa-Imobiliário, Caixagest, Caixanet, Caixatec, Fundger, Gestinsua, Imocaixa, Sanjimo e Vale do Lobo. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Gerbanca, Parbanca, Sogrupos IV e Yunit Serviços. Secretário da Mesa da Assembleia Geral de A Promotora, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Caixa BI, Caixa Participações, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Garantia, Locarent, Sogrupos Compras, Sogrupos SI e TF Turismo Fundos. Membro da Comissão de Vencimentos da Cares, Multicare, Sogrupos Compras, Sogrupos IV e TF Turismo Fundos. Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Totta Angola. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980), exercendo funções diretivas desde 2005. Exerce advocacia em regime de profissão liberal (desde 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

#### Dr<sup>a</sup> Maria Amélia Vieira de F.Carvalho de Figueiredo

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia-Geral em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciada em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Gestão de Ativos, da Caixagest e da Fundger (desde 2011). Secretário da Mesa da Assembleia-geral da Gerbanca (desde 2012), da Caixa Seguros e Saúde e da HPP - Hospitais Privados de Portugal (desde 2011), da HPP-ACE (desde 2010), da Caixa Participações e da Parbanca (desde 2009). Colaboradora da Caixa Geral de

Depósitos (desde 1987).

Data de nascimento: 30 de Julho de 1955

Dr. Ruben Filipe Carriço Pascoal

Primeira designação para o cargo de secretário da Mesa da Assembleia-geral em 29/4/2011. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas e Mestre em Finanças pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Secretário da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Gestão de Ativos, da Caixagest e da Fundger (desde 2011). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 2004).

Data de nascimento: 13 de Outubro de 1979

### **Fiscal Único**

Dr. Manuel de Oliveira Rego

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Finanças no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Revisor Oficial de Contas desde 1980.

### **Comissão de Vencimentos**

Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 1/6/2006. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrupa CSP, Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Ativos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundger, da Império Bonança e da Sogrupa SI, do Banco Caixa Geral Totta Angola, do Banco Nacional de Investimento (Moçambique). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

Vitor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 28/3/2002. O mandato atual diz respeito ao triénio 2011/2013.

Licenciado em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Administrador do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Membro do Conselho de Administração da Caixa Participações SGPS, da Gerbanca SGPS, da Parbanca SGPS e da Parcaixa SGPS. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sogrupa CSP, da Sogrupa SI e da Sogrupa IV GI. Vice-Presidente

da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Caixa Geral de Depósitos Culturgest. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur, da Promotora, da Garantia e do BCA. Vogal da Comissão de Vencimentos da Locarent, do Banco Interatlântico, do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Banco de Investimento, da Caixa Gestão de Ativos, da Caixa Imobiliário, da Caixa Capital, da Caixa Desenvolvimento, da Caixa Leasing e Factoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundger, da Imocaixa, da Margueira, da Multicare, da OMIClear, da Sogrupos CSP, da Sogrupos SI, da Sogrupos IV GI e da Vale do Lobo - Resort Turístico de Luxo. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

## ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

### Conselho de Administração

Os Administradores com pelouros atribuídos receberam em 2013, as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

	Presidente Dr.João Faria	Administrador Dr.Luis Martins	Administrador Dr.Fernando Maximiano
<b>Remunerações</b>			
Remuneração mensal (1)	12.397,50	9.405,00	9.405,00
Remuneração anual recebida	173.565,00	131.670,00	131.670,00
<b>Outras regalias e compensações</b>			
Gastos anuais na utilização de comunicações móveis	645,44	476,39	1.326,64
Subsídio anual de refeição	2.411,10	2.708,40	2.763,90
Outras (2)	-	447,60	544,30
<b>Encargos com benefícios Sociais</b>			
Regime de Proteção Social (anual)	46.095,05	36.683,64	23.161,91
<b>Parque Automóvel</b>			
Valor de renda anual da viatura de serviço	11.464,89	12.575,64	12.669,44
Valor da renda média mensal de 2013	955,41	1.047,97	1.055,79
Ano de Início do contrato atual	2013	2010	2010
Valor anual do combustível gasto com a viatura	-	-	-
<b>Informações Adicionais</b>			
Regime de Proteção Social	Seg.Social	CGA	Seg.Social
Exercício de funções remuneradas fora do grupo	Não	Não	Não

(1) As remunerações dos membros do Conselho de Administração acima identificadas refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e do artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como as reduções decorrentes da aplicação do Estatuto do Gestor Público.

(2) Subsídio Infantil e de Estudo

Nos termos do art.º 37º da Lei 66-B/2012 não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos de gestão em 2013.

### Revisor Oficial de Contas

Nos exercícios de 2012 e 2013, os custos relativos à remuneração dos serviços de auditoria externa foram, respetivamente, 20.700 euros e 20.200 euros, excluindo impostos, e o custo de elaboração do Relatório de Salvaguarda de Ativos foi de 20.000 euros, excluindo impostos, em ambos os exercícios.

O Fiscal Único não foi remunerado pelas suas funções de fiscalização.

O custo anual dos serviços de revisão oficial de contas da Sociedade e de elaboração do Relatório de Controlo Interno foi de 25.000 euros, excluindo impostos, em ambos os exercícios.

### 3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

#### Objetivos de Gestão

O Estado Português, através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentor da totalidade do capital social da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. Foram estabelecidas orientações e objetivos de gestão para o trénio 2013-2015 (vide ponto 2.2. do Relatório do Governo Societário).

#### Prazo médio de pagamento e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

#### Recomendações do Acionista

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2012, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

#### Nível das Remunerações

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais. As remunerações dos membros do Conselho de Administração sofreram as reduções remuneratórias de 5% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e de 10% do artigo 27º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como as reduções decorrentes da aplicação do Estatuto do Gestor Público e, nos termos do art.º 37º da Lei 66-B/2012 não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos órgãos de gestão (vide Anexo II do Relatório do Governo Societário).

Durante o ano de 2013 a remuneração dos trabalhadores foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no artigo 27º da Lei nº 66-B/2012.

Os membros da Assembleia Geral e o Fiscal Único não foram remunerados pelo exercício das suas funções.

#### Aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da Sociedade não utilizam cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento para despesas ao serviço da empresa, nem apresentam quaisquer despesas que caíam no âmbito de despesas de representação pessoal.

#### Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos do valor superior a 5 milhões de euros.

### Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O SNCP não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada através do Sogruppo Compras e Serviços Partilhados - Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento de SCSP empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do SCSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

### Parque de Veículos do Estado

Não é aplicável à Sociedade, contudo inserida na estratégia global de redução de custos, a Sociedade tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2013, numa redução dos plafonds de atribuição viaturas superior a 20%.

### Medidas de redução dos gastos operacionais e redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Não foram definidas medidas de redução de gastos com comunicações, ajudas de custo e deslocações, nem foram definidos objetivos de redução do número de efetivos e de cargos dirigentes.

### Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Orientações	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A.	
Objetivos de gestão	X			
Evolução do PMP a fornecedores	X			
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	X			
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	X			
Nível das remunerações:				
· Não atribuição de prémios de gestão (art.º 37º da Lei 66-B/2012)	X			
· Órgãos Sociais – redução remuneratória (art.º 27º da Lei 66-B/2012)	X			
· Órgãos Sociais - redução remuneratória (art.º 12º da Lei 12- A/2010)	X			
· Auditor Externo – redução remuneratória (art.º 75º da Lei 66-B/2012)	X			
· Trabalhadores - redução remuneratória (art.º 27º da Lei 66-B/2012)	X			
· Trabalhadores - proibição de aumentos (art.º 35º da Lei 66-B/2012)	X			
Artigo 32.º do EGP – cartões de crédito e despesas de representação	X			
Aplicação das normas de contratação pública			X	
Auditorias do Tribunal de Contas			X	
Parque automóvel			X	
Redução de gastos operacionais (art.º 64º da Lei 66-B/2012)			X	
Redução de Trabalhadores (art.º 63º da Lei 66-B/2012)			X	

S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

## **4. RELATÓRIO DE AUDITORIA, CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (uma Sociedade inserida no Grupo CGD, ver Nota Introdutória), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 33.755.761 Euros e um capital próprio de 28.665.951 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.494.752 Euros, as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).



**Ênfase**

5. Até 31 de Dezembro de 2012 a Sociedade utilizava o método do corredor para o reconhecimento das perdas e ganhos actuariais relacionados com os benefícios pós-emprego atribuídos aos seus colaboradores – Planos de benefícios definidos. No exercício de 2013, na sequência da adopção obrigatória da versão revista da IAS 19 – Benefícios aos empregados, a Sociedade alterou aquela política contabilística e passou a utilizar o método de reconhecimento das perdas e ganhos actuariais directamente no capital próprio (“Outras reservas”) no exercício em que ocorrem. O impacto decorrente da adopção daquela norma e da correspondente reexpressão das demonstrações financeiras da Sociedade resultou num aumento do seu capital próprio em 1 de Janeiro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2012 nos montantes de 60.961 Euros e 142.967 Euros, respectivamente, após considerado o efeito fiscal, incluindo uma diminuição do resultado líquido do exercício de 2012 de 4.983 Euros (Nota 2.3).

**Relato sobre outros requisitos legais**

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2013.

Lisboa, 28 de Março de 2014



---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura



**OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

**INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.**, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 33.755.761 euros e um total de capital próprio de 28.665.951 euros, incluindo um resultado líquido de 2.494.752 euros), as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A., em 31 de dezembro de 2013, bem como os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

#### **ÊNFASE**

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação.
- 8.1 No exercício de 2013, conforme se encontra descrito na Nota 2.3, a Caixagest procedeu à alteração da política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relacionados com os benefícios pós-emprego atribuídos aos seus colaboradores – planos de benefícios definidos, passando a utilizar o método de reconhecimento das perdas e ganhos atuariais diretamente no capital próprio no exercício em que ocorrem.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

LISBOA, 28 DE MARÇO DE 2014



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores Accionistas,

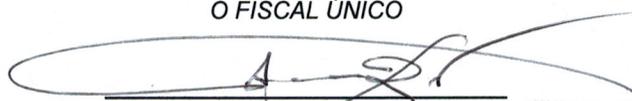
1. No desempenho das funções previstas no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Fiscal Único emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da CAIXAGEST – TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
2. O Fiscal Único acompanhou a evolução da gestão da Sociedade ao longo do exercício e periodicamente desenvolveu trabalhos de revisão legal de contas, emitindo relatórios sobre as verificações efetuadas e sugestões, os quais foram enviados oportunamente ao Conselho de Administração.
3. O Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas emitiu em 31 de maio de 2013, nos termos do Aviso n.º 5/2008, de 25 de junho, do Banco de Portugal, os Pareceres sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e sobre o processo de preparação e divulgação de informação financeira da Caixagest.
4. O Fiscal Único emitiu em 28 de junho de 2013, nos termos do Aviso n.º 9/2012, de 17 de maio, do Banco de Portugal, o Parecer sobre a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno, no âmbito específico da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.
5. No final do exercício o Fiscal Único analisou os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão, apresentados pelo Conselho de Administração, procedeu às verificações que considerou convenientes e emitiu a Certificação Legal das Contas.
6. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão apresentada pelo Conselho de Administração;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 28 DE MARÇO DE 2014

O FISCAL ÚNICO



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS  
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS  
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego